

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
E EM CIÊNCIA POLÍTICA

Paulo V. J. P.
1982

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA FORMAÇÃO DO
PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE
(1882-1891)

CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Dissertação submetida como
requisito parcial à obten-
ção do grau de mestre na
área de concentração em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Hêlgio Trindade

Porto Alegre - 1979

U F R G S

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

SUMÁRIO

PREFÁCIO/3
INTRODUÇÃO/5
CAP. I - A MUTAÇÃO DA SOCIEDADE RIO-GRANDENSE E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO/14
CAP. II - BASES DOUTRINÁRIAS E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO/31
CAP. III - PERFIL SOCIOLÓGICO DOS REPUBLICANOS GAÚCHOS DO PE- RÍODO DA PROPAGANDA/58
CONCLUSÃO/106
ANEXO I/110
ANEXO II/142
BIBLIOGRAFIA/144

PREFÁCIO

O interesse pelas questões relativas ao processo político sul-rio-grandense nasceu ainda no curso de graduação de História, quando comecei a me preocupar com as peculiaridades da política gaúcha na Primeira República. Ainda naquela oportunidade, entendi que para compreensão desta problemática era necessário um estudo sobre o Partido Republicano Rio-Grandense. No curso de Bacharelado em História realizei um primeiro trabalho a respeito do assunto, onde meu objetivo era unicamente o de identificar as principais características ideológicas do partido e a importância política de Júlio de Castilhos no período de propaganda e nos primeiros momentos da República. A partir desta monografia, me interessei em aprofundar a questão do PRR - daí, resultou o tema da dissertação que apresento.

A pesquisa da História Rio-grandense, se depara com sérias dificuldades, além da escassez dos estudos monográficos, os arquivos pessoais de políticos gaúchos, principalmente da I República e os documentos em geral encontram-se dispersos e pouco acessíveis. Colabora para esta dificuldade a desconfiança que o pesquisador brasileiro desperta em algumas pessoas possuidoras de documentações e bibliotecas especializadas.

Atualmente, entretanto, tem sido realizado alguns esforços no sentido de proporcionar melhores condições ao pesquisador brasileiro da História Gaúcha. Já encontramos acervos in-

teressantes da Biblioteca Pública do Estado e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Mais recentemente foi criado um Centro de Documentação na UFRGS que será um grande apoio para a pesquisa da História Gaúcha.

Aproveito este momento para agradecer a todos que colaboraram para a realização deste trabalho. Gostaria de agradecer a atenção do Prof. Dr. Luis Lessegueur de Faria; do Dr. Moyses Velhinho; do Dr. Arthur Ferreira Filho; do Prof. Dante de Laytano.

Agradeço, também, aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que me proporcionaram excelentes condições de trabalho, quando pesquisei nos inventários daquela instituição.

Finalmente, agradeço o meu orientador, Prof. Hêlgio Henrique Trindade, que colaborou de forma definitiva para a realização deste trabalho através de sugestões e críticas.

INTRODUÇÃO

O processo de implantação do regime republicano no Brasil tem sido tradicionalmente interpretado em função do papel preponderante desempenhado por três fatores: a abolição da escravatura; a questão militar e a questão religiosa. Estas análises não atribuíram suficiente importância às alterações ocorridas na composição das forças sociais e sua influência sobre a mudança no comportamento político dos grupos dominantes e emergentes. Sem pretender minimizar a importância dos referidos fatores na queda da monarquia, torna-se indispensável para uma correta interpretação do movimento republicano, uma análise das transformações sócio-econômicas a nível nacional e suas peculiaridades regionais, a fim de melhor captarmos o processo político que resultará no evento da República, especialmente no Rio Grande do Sul.

Mais recentemente, alguns estudos têm se aprofundado a respeito do papel destas forças sociais, dando desta forma uma nova interpretação para o movimento republicano. Entre estes destacamos o de Emilia Viotti da Costa, que em seu trabalho "Da Monarquia à República - momentos decisivos" retomou criticamente a visão tradicional, destacando novos pontos a serem considerados.

A autora desenvolveu uma crítica à visão tradicional, discutindo três momentos da crise no período. Primeiro, carac

terizou as transformações sócio-econômicas (1) para logo após analisar neste contexto, o papel dos novos grupos (2) e dos grupos tradicionais (3). Esta abordagem analítica identificou uma contradição entre os grupos tradicionais ligados ao açúcar no Nordeste e ao café no Vale do Paraíba, com os novos grupos compostos de usineiros, cafeicultores não escravocratas, camadas médias urbanas emergentes, intelectuais e setores vinculados à indústria nascente. O confronto entre os setores conservador e progressista da economia resultou, por parte do último, em uma tomada de posição republicana em contraposição a política conservadora da monarquia. Partindo da questão paulista, a autora extrapolou sua análise para outras regiões do país onde também os novos grupos se colocariam em oposição aos tradicionais provocando o surgimento dos diversos partidos republicanos provinciais. (4)

-
- (1) "Durante o longo reinado de Pedro II profundas mudanças ocorreram na economia e sociedade brasileira". COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos" Ed. Grijalbo, São Paulo, 1977, p. 304.
 - (2) "As transformações econômicas afetavam profundamente a sociedade. Criavam novos interesses, frequentemente diversos dos tradicionais". id. ibid. p. 305.
 - (3) "Desde a década dos setenta, mas principalmente na dos oitenta quando aumentaram facilidades para a utilização do trabalhador livre estrangeiro, as lavouras do Vale do Paraíba estavam decadentes e enfrentavam de maneira dramática o problema da substituição da mão de obra escrava." id. ibid. p. 308.
 - (4) "Idêntica oposição entre setores progressistas e setores tradicionalistas verifica-se em outras áreas do país. Nas zonas açucareiras o fenômeno se repete, embora em escala mais modesta, em virtude do estado de crise que afetou, no decorrer do séc. XIX, a economia açucareira dificultando o processo de modernização da economia (...) Também no Rio Grande do Sul observa-se o contraste entre o novo e o velho." id. ibid. p. 308.

Raymundo Faoro em "Os Donos do Poder", também colocou a questão quando discutiu a representação ideológica do movimento republicano: o liberalismo teórico da monarquia estava sendo posto em xeque por grupos novos, que necessitavam da prática liberal para se desenvolverem. Quando o gabinete de Zacarias de Goes Vasconcelos caiu em 1868, houve a ruptura destes grupos com o regime, já que este rompera com qualquer projeto realmente liberal, no momento que entregou o governo ao Partido Conservador (5).

As forças republicanas, portanto, emergiam do desgaste da política monárquica e principalmente da incapacidade desta em atender as novas demandas dos grupos progressistas ligados ao café e dos grupos em ascenso, da classe média, e da burguesia. Ainda em relação à radicalização ideológica ocorrida no período cabe observar que o autor identifica a variante positivista como a alternativa dos grupos urbanos não hegemônicos (6).

As questões levantadas por Emilia Viotti da Costa e Raymundo Faoro são relevantes para a compreensão do movimento republicano na medida em que acrescentam à análise do período

-
- (5) "A queda de Zacarias, com a conseqüente elevação do gabinete conservador de Itaboraí, causou espanto e indignação. Não pela intervenção da Coroa - com o Poder Moderador, já degradado, pelos seus críticos, no poder pessoal - fato, repetia-se com robusta paternidade, mas pela brusca interrupção do liberalismo crescente e triunfante." - FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Ed. Globo, Porto Alegre, 1975, p. 446.
- (6) "A República, além de fogo de palha ou fogo de artifícios dos retóricos e da mocidade (...) escorre por duas vertentes. De um lado a corrente urbana, composta dos políticos, dos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial, de outro tenaz, ascendente, progressiva, a hostes dos fazendeiros. Dentro da primeira viriamos positivistas doutrinários." id. ibid. p. 453.

uma dimensão política e social pouco discutida. Porém no que pese a identificação dos republicanos feita por Viotti com os grupos urbanos emergentes, e por Faoro com um grupo urbano positivista, nos parece que a abrangência da análise desenvolvida por ambos está circunscrita ao conflito entre o moderno e o tradicional na lavoura de café paulista. Quando se generaliza a vigência deste conflito para as demais províncias, e no caso específico, para o Rio Grande do Sul, tende-se a subestimar a dinâmica interna de cada região e suas particularidades em relação ao centro hegemônico.

A propaganda republicana no Rio Grande do Sul e a consequente estruturação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) apresentou características muito peculiares que individualizaram o movimento gaúcho em relação a outras regiões do país. A linha de análise apresentada por Emilia Viotti nos possibilita colocar no caso do Rio Grande do Sul algumas questões que relacionam mudanças sócio-econômicas com o advento da República. Se em São Paulo a fundação do Partido Republicano foi fruto de uma cisão ao nível político do grupo dominante de cafeicultores, a questão a ser colocada quando estudamos o mesmo fenômeno no Rio Grande do Sul é saber que arranjos, cisão ou composição de forças sociais proporcionaram o movimento republicano.

A relevância da questão colocada no Rio Grande do Sul está associada a originalidade da matriz ideológica do PRR. Sem reivindicar a exclusividade do componente positivista à propaganda republicana gaúcha, devemos ter presente que nenhum outro partido republicano da época tomou a filosofia francesa tão firmemente como ideologia.

Com o objetivo de explicar a questão, pretendemos estudar o grupo republicano do período da propaganda, identificando: quais suas características básicas; como estavam seus membros inseridos na configuração sócio-econômica do Rio Grande; por que, ao contrário da matriz paulista, os republicanos gaúchos adotaram uma ideologia distinta - o positivismo.

Na procura de explicação para a questão gaúcha alguns estudiosos estabeleceram uma correspondência entre a adoção do positivismo e a problemática sócio-econômica. Sérgio da Costa Franco, identificou o PRR com uma classe média nascente (7); Robert Levine, com os fazendeiros de uma região mais pobre do RGS (8); Maria Antonieta Antoniaci, com mudanças sócio-econômicas que levaram certos grupos a tomarem posições distintas. (9)

-
- (7) "O Partido Castilhistas ou Partido Republicano Riograndense, conquanto desfigurado do decorrer dos anos inclusive de seu conteúdo classista... A hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense ofereceu ampla oportunidade a ascensão social e política de elementos de classe média." FRANCO, Sérgio da Costa. "Júlio de Castilhos e Sua época". Ed. Globo, 1967, p. 203.
- (8) "O resultado final constituiu na alteração da composição da liderança política que passou da elite dos estancieiros para uma quase elite. Silveira Martins e seus principais seguidores e aliados tinham formado a aristocracia da província como donos das maiores e mais antigas estâncias. Castilhos e seus seguidores eram um pouco menos ricos e mais tenuemente ligados a nobreza da Província." LEVINE, Robert. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na Velha República". In: FAUSTO, Boris. "O Brasil Republicano", vol. I, Difel, São Paulo, 1975, p. 111.
- (9) "Para se compreender o problema em estudo faz-se necessário esboçar, em linhas gerais, a situação do Rio Grande do Sul na Passagem Império/República - momento em que adquiriu expressão o fracionamento da classe dominante gaúcha." ANTONIACI, Maria Antonieta. "A Luta Oligárquica no Rio Grande do Sul na Velha República". Tese de Mestrado, São Paulo, 1978.

Não pretendendo entrar na discussão específica de qualquer das propostas, nos parece que todas elas, por mais divergentes que possam ser, estão calcadas no período de consolidação da I República e não no período da adesão dos republicanos à propaganda. No nosso entender um dos grandes problemas das interpretações do movimento republicano gaúcho em suas origens é o fato dele ser interpretado a partir do momento em que o PRR se tornou poder e em consequência, novas composições de força estruturaram-se.

Nossas hipóteses de trabalho procuraram redimensionar o problema da adesão ao movimento republicano em nível regional no período de propaganda, nos seguintes termos:

1 - As transformações econômicas ocorridas no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1870-1890 não ocasionaram uma cisão no grupo pecuarista dominante e, em consequência, a propaganda republicana na província não se originou da tomada de uma posição anti-monárquica no interior dos grupos dominantes.

2 - A não adesão, na fase da propaganda, do grupo dominante a causa da república, proporcionou um espaço político para a atuação de um grupo médio urbano que se constituiu no núcleo principal do Partido Republicano Rio-Grandense no final do período monárquico.

O presente estudo se desenvolverá em três partes onde procuraremos fazer uma análise no sentido de abranger as questões anteriormente expostas - explicando o movimento republi-

cano num período em que estavam ocorrendo modificações significativas na província, procurando, a partir desta perspectiva, analisar a relação entre o perfil ideológico do partido e o grupo que o formou.

Nossa estratégia de coleta de dados sobre o tema baseou-se em três tipos de material. Em primeiro lugar avaliamos criticamente a bibliografia sobre o assunto, utilizando-nos de trabalhos de análise do movimento republicano como um todo no país e mais especificamente de monografias sobre o Rio Grande do Sul.

Um segundo tipo de material utilizado foram as fontes documentais. Fizemos uso: dos Anais da Constituinte Federal de 1891; dos Anais da Constituinte Estadual de 91; do jornal "A Federação"; de documentos e manifestos do próprio PRR. Finalmente, pesquisamos nos inventários dos membros do grupo republicano, selecionados no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de apreendermos a situação sócio-econômica destes, a partir dos bens acumulados e deixados como herança.

Os capítulos deste trabalho ficam assim estruturados: O primeiro objetiva verificar os resultados para o Rio Grande do Sul, em termos de ocupação geográfica, população, arrecadação municipal e exportação, das transformações ocorridas no período compreendido entre 1870-90. Pretendemos desta forma, perceber as principais modificações sócio-econômicas e a extensão de suas influências na adesão à causa republicana; no segundo capítulo fazemos um estudo do Partido Republicano Rio-Grandense, no sentido de identificar suas principais caracte-

rísticas quanto a ideologia e organização. Não faz parte de nossas preocupações discutir pressupostos positivistas ou fazer uma análise da influência da filosofia francesa no Brasil na época, mas exclusivamente apontar a presença da doutrina no partido; o terceiro capítulo procura estabelecer um perfil do grupo republicano do período da propaganda. Através do estudo de uma série de informações como local de nascimento, idade, grau de instrução, profissão, atividades políticas e situação sócio-econômica pretendemos chegar a uma caracterização do grupo republicano gaúcho, do qual, segundo nosso critério, faziam parte aqueles membros que participaram efetivamente da fundação e estruturação do PRR na capital e no interior do Rio Grande, assim como aqueles que mesmo sem terem tido participação nos momentos iniciais tornaram-se nomes proeminentes dentro do partido nos últimos anos do regime monárquico e nos primeiros da República. Ainda dentro deste capítulo estudamos separadamente o subgrupo que formou a bancada gaúcha na Constituinte Federal de 1891, com o objetivo de verificar se este apresentava características diferenciadas do grupo maior. Consideramos os constituintes como um grupo especial na medida em que nele estavam presentes as figuras mais destacadas do partido, tanto pela liderança política que representavam como pelo comprometimento com as bases doutrinárias do PRR.

Incluimos também no período de propaganda os dois primeiros anos da República, por entendermos que a elaboração da Constituição Estadual de 1891 e a Constituição Federal do mesmo ano, estiveram estreitamente ligadas ao período anterior, pois foram naqueles momentos que se colocaram em prática efetivamente, os pressupostos básicos defendidos pelo PRR durante a propaganda.

Desta forma, através do estudo do grupo que participou da propaganda no Rio Grande do Sul e da Constituinte Federal, queremos contribuir para explicar as origens do quadro político da Primeira República.

Cabe, finalmente, acrescentar, neste primeiro momento do trabalho, que não pretendemos esgotar a questão, mas dar uma contribuição para o reexame da problemática proposta. Acreditamos que o assunto, aqui discutido, necessita ser levado adiante em um estudo mais detalhado do grupo republicano, abrangendo um número maior de representantes, que por limitações de tempo e de recursos, não realizamos. Entendemos também, que seria relevante um estudo comparativo com momentos posteriores da I República, no sentido de perceber a manutenção ou não das características, aqui analisadas.

*

CAPÍTULO I

A MUTAÇÃO DA SOCIEDADE RIO-GRANDENSE E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO

As últimas décadas da Monarquia corresponderam a um período de significativas alterações no quadro sócio-econômico do país. A introdução do trabalho assalariado e a melhoria das vias de transporte, entre outros fatores, possibilitaram o aumento da produção e uma conseqüente ruptura dos quadros dominantes tradicionais, ocasionando o aparecimento de grupos progressistas ligados ao campo e de novos contingentes que provocaram um rápido aumento da população urbana. (1) O presente capítulo pretende discorrer sobre estas transformações no Rio Grande do Sul, investigando até que ponto elas tiveram o impacto das ocorridas no centro hegemônico - São Paulo e em que medida elas provocaram uma ruptura no interior dos grupos dominantes regionais, proporcionando cisões políticas.

(1) "Mais importante do que registrar a existência de uma diferenciação estrutural complexa que não pode resumir-se em seus setores polares, é considerar que os últimos três decênios que antecederam a República de 89 marcaram importantes modificações nas bases da economia brasileira, nelas tanto se dá a expansão da lavoura cafeeira na região Centro-Sul e, mais especificamente, no Nordeste de São Paulo, como o decênio 1870-1880 caracterizou-se como um período de intensa atividade mercantil/financeira que permitiu mais um surto de prosperidade urbano-industrial". CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. in FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930) Difel. São Paulo. 1975, p. 17.

O povoamento do Rio Grande do Sul e sua efetiva ocupação em termos econômicos obedeceu a várias fases, que determinaram um quadro heterogêneo, distinto do tipo tradicionalmente aceito de configuração - a fazenda de pecuária extensiva da Campanha.

Foi através da pecuária da Campanha que a região sulina integrou-se de forma subsidiária à economia colonial, primeiro através do comércio do gado em pé e posteriormente através do xarque. No entanto, não se esgotavam aí as atividades econômicas do Rio Grande do Sul e a caracterização feita desta maneira tende a minimizar a dinâmica interna da região e suas conseqüentes contradições. Fernando Henrique Cardoso colocou a questão da seguinte forma:

As interpretações correntes sobre a formação do Rio Grande do Sul, insistem apenas na importância da estância e da economia de gado para o desenvolvimento da região, caracterizam assim de forma bastante sumária o processo de organização da vida econômica do sul. (2)

Jean Roche por outro lado, reafirmou a importância da campanha, salientando que esta exerceu uma considerável hegemonia na economia gaúcha por um largo período de tempo:

A rápida ocupação das vastas zonas de campo que se estendem entre a Depressão Central e a Fronteira consagrava a predominância da criação extensiva sobre a agricultura. Aquela continuou a ser, até o início do século XX, a única atividade da grande maioria dos rio-grandenses. Desempenhou pois, um papel capital na formação e na vida do Rio Grande do Sul. (3)

(2) CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977. p. 53.

(3) ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Ed. Globo. Porto Alegre, 1969. Vol. I, p. 27.

O Rio Grande do Sul foi sustentado, durante muito tempo pela pecuária extensiva da Campanha; entretanto, sem a mesma importância econômica mas alcançando um rápido desenvolvimento, principalmente no decorrer do século XIX, outras regiões se incorporaram economicamente quer através da pecuária, quer através da agricultura.

Tendo a pecuária como atividade principal, largas faixas do Planalto gaúcho foram ocupadas no século XIX. O ocupante da região, originário de São Paulo, organizou sua produção aos moldes da Campanha. Segundo Oliveira Vianna o regime que se constituiu na região "Era o da grande propriedade pastoril, organizada sob a base da escravidão e do trabalho escravo". (4)

Surgiu desta forma, um segundo pólo pecuário no Rio Grande do Sul, menos tradicional, isolado dos centros comerciais e por isto mais pobre. Mesmo assim proporcionando de um lado o efetivo povoamento da região e de outro um novo pólo pastoril. (5)

Paralelamente à ocupação do planalto através da pecuária, desenvolveu-se em outras regiões uma atividade agrícola a partir da chegada dos colonos estrangeiros. Os primeiros a imigrarem para o Rio Grande do Sul foram os açorianos, ainda

(4) VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1952. V. II p. 137.

(5) "Assim houve no planalto um segundo Rio Grande pastoril, mas foi até o fim do século XIX um parente pobre da Campanha. Suas relações comerciais operaram-se antes com as províncias de Sta. Catarina e São Paulo que com Pelotas e Porto Alegre de que estavam isoladas pela dupla barreira de relevo e floresta. ROCHE, Jean. op. cit. p. 40.

no século XVIII, se estabelecendo no litoral e no Vale do Jacuí (6). A pequena propriedade e as dificuldades de comercialização da produção, não proporcionaram prosperidade a suas lavouras. Oliveira Vianna observou que "... meio século depois de fundado o pequeno núcleo de Guaíba os documentos históricos mostram que a seleção econômica trabalhava ali num sentido francamente desfavorável ao sistema de produção agrícola trazido pelos açorianos." (7)

Os colonos alemães e italianos chegaram em um momento bem posterior, estabelecendo-se os primeiros no Vale do rio dos Sinos e os outros na Encosta da Serra. Ambos desenvolveram uma agricultura diversificada que abasteceu Porto Alegre e foi em seguida comercializada para outras regiões gaúchas e para fora da província.

Em suma, o Rio Grande do Sul chegou às últimas décadas da Monarquia efetivamente ocupado e com pólos de atividades econômicas diversificados, em relação à sua tradicional produção oriunda da Campanha. Como estas diversas regiões se comportaram no período compreendido entre 1870-1890, quais foram as modificações sofridas por cada uma delas, nos ocuparemos a seguir.

Joseph Love, em seu trabalho "O Regionalismo Gaúcho" colocou a questão das transformações ocorridas no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do regime monárquico da seguinte forma:

(6) Rio Pardo-1759; Santo Amaro-1753; Triunfo-1754; Taquari-1764; Santo Antônio-1740. ROCHE, Jean. Op. cit. p. 23.

(7) VIANNA, Oliveira. Op. cit. p. 23.

Nas últimas duas décadas do governo imperial (1870-1890) importantes mudanças ocorreram na estrutura econômica e social do Rio Grande. Os mesmos fatores que transformaram os pampas argentinos - inovações tecnológicas, investimentos externos e imigração - exercem impacto semelhante sobre o Rio Grande do Sul, embora tardiamente e de forma mais a tenuada. (8)

O crescimento populacional traduz com muita clareza as modificações ocorridas no período. Em 1872 a população do Rio Grande do Sul era da ordem de 365.520 hab. (9) e em 1890 de 872.732 hab. (10). Não nos ocuparemos dos movimentos migratórios que provocaram tal aumento de população, já que nosso objetivo é o de traçar um quadro da localização destes novos contingentes e as conseqüências que provocaram no perfil sócio-econômico da província.

O aumento da população refletiu-se no aparecimento de novos municípios, que passaram de 30 em 1872 para 58 em 1890. (11) Antes porém de nos determos nos novos municípios cabe fazer uma referência ao crescimento populacional dos antigos.

(8) LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. Ed. Perspectiva. Col. Estudos V. 37. São Paulo, 1975, p. 17.

(9) Há muitos desencontros a respeito deste total. Trabalhamos aqui, com dados retirados da Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carcalho de Moraes, Presidente da Província abriu a 1ª sessão da 15ª. legislatura Provincial no dia 19 de março de 1873. Typografia Constitucional. Porto Alegre, 1873.

(10) Dado retirado do Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1894. Gundlach e Cia. Livreiros. Porto Alegre, 1893.

(11) Dado retirado de FELIZARDO, Julia Netto. "Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul - IGRA. Divisão de Geografia e Cartografia p. 22 e 35.

TABELA 1

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NOS ANTIGOS MUNICÍPIOS
NO PERÍODO 1872-1890 (12)

MUNICÍPIOS	% DE CRESCIMENTO
URUGUAIANA	105,7
SANTA CRUZ	103,2
HERVAL	93,3
SÃO JERÔNIMO	88,2
QUARAÍ	87,2
SANTO ÂNGELO	85,0
SÓLEDADE	84,2
PELOTAS	75,2
LAVRAS	74,1
ST. ANTONIO PATRULHA	72,8
S. FRANCISCO DE ASSIS	63,9
LIVRAMENTO	63,9
ENCRUZILHADA	53,5
DOM PEDRITO	53,0
PIRATINI	51,9
SÃO GABRIEL	50,6
RIO PARDO	49,6
S. JOSÉ DO NORTE	44,9
SÃO BORJA	35,5
STA. VITÓRIA DO PALMAR	24,1
ITAQUI	25,9
ALEGRETE	25,6
PASSO FUNDO	23,1
PORTO ALEGRE	22,5
RIO GRANDE	21,6
TRIUNFO	-10,0

(12) O quadro apresenta 26 municípios e não 30 que eram os existentes em 1872, porque 4 deles não foram recenseados no 1º censo. FONTE: vide notas 9 e 10, deste capítulo.

O quadro acima, possibilita visualizar o aumento de população nos antigos municípios, onde se constata que, com algumas exceções, o crescimento por município foi inferior ao verificado no Rio Grande do Sul como um todo, que ultrapassou a 100%. Somando a população dos municípios acima listados, veremos que representam 47,12% do total. Portanto metade da população gaúcha se encontrava nos novos núcleos urbanos.

Mesmo considerando que significativo número deste municípios foram desmembrados no decorrer destas duas décadas e talvez aí residisse a explicação para o menor crescimento destes em relação ao todo, devemos observar que a criação dos novos envolveu o aparecimento de núcleos urbanos distintos da sede dos antigos municípios. Portanto, uma significativa parcela da população que se dirigiu a estas regiões permaneceu em sedes de distritos exercendo atividades urbanas.

Quanto aos 28 novos municípios criados neste período, observamos que a grande maioria deles está na metade norte do Estado. No sul surgiram apenas Rosário, Cangussú, Jaguarão, Arroio Grande e São Lourenço, representando, sua população, em 1890, apenas 6,85% do total. Portanto, a população que se dirigiu à região de economia mais sólida do RGS e mais tradicional foi pouco significativa. Os novos contingentes populacionais se dirigiram para regiões de ocupação mais recente e de atividades econômicas menos tradicionais.

Entre os novos municípios, destacaram-se os de população colonial alemã e italiana, sendo que alguns deles, como Bento Gonçalves, São Leopoldo e Estrela apareceram entre os

dez maiores em 1890 (13). Excluindo esta região observa-se duas outras com significativos aumentos em suas populações — o do Planalto e das Missões. Em 1870 a região do Planalto estava dividida basicamente em dois municípios, Passo Fundo e Santo Antônio da Patrulha, já em 1890 Passo Fundo se subdividiu em Passo Fundo e Soledade, e Santo Antônio da Patrulha em Lagoa Vermelha, Vacaria, Taquara e Santo Antônio da Patrulha.

O município de Santo Antônio da Patrulha em 1872 contava com uma população de 24.767 habitantes e em 1890, a região que na época englobava 4 municípios possuía 59.958 hab., tendo havido, portanto, um acréscimo superior a 100%.

Por outro lado, a região das Missões em 1872 compunha-se de 3 municípios, somando uma população de 26.766 habitantes, em 1890, com o surgimento neste espaço geográfico de Santiago do Boqueirão, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, reunia uma população de 94.680 hab., o que significa que o número de habitantes da região triplicou.

Em síntese, o quadro populacional, neste período de quase 20 anos, sofreu uma radical transformação, que provocou a ocupação definitiva de espaços, até então parcamente povoados e sua conseqüente integração na economia do Rio Grande do Sul. As transformações na configuração populacional estavam ligadas e/ou provocaram mudanças no caráter sócio-econômico do Rio Grande do Sul, se a tradicional região da Campanha teve sua população praticamente duplicada, outras áreas incorpora-

(13) Bento Gonçalves - 31.902 hab. - terceira cidade em pop.
São Leopoldo - 22.826 hab. - sétima cidade em pop.
Estrela - 22.762 hab. - oitava cidade em pop.

ram-se definitivamente às atividades econômicas da província.

As mudanças ocorridas não desalojaram a Campanha de sua posição de ponta na economia gaúcha, no entanto o quadro de exportação do Estado no ano de 1890, mostrou sensíveis alterações em relação ao de 1880/81. (14)

No ano de 1880/81, a exportação de 13 produtos derivados da pecuária somavam 13.483:793\$000, enquanto nove anos depois os mesmos somavam 11.247:239\$000. Em 1881 estes produtos representavam na pauta de exportação 84.47% do total, enquanto em 90 representavam 76.58%.

Por outro lado, os produtos não derivados da pecuária melhoraram a sua situação em termos de exportação: em 1881 totalizaram 2478:415\$000 e em 90, 3494:217\$000. Sua posição na exportação passou de 15.53% para 23.43% sobre o total.

Os dados sobre o aumento de produção e do valor de cada produto na pauta de exportação são significativos para melhor elucidar o que estamos analisando:

(14) Fizemos a comparação apenas entre os dados de 1880/81 - 1890 devido os dados da década de 70 estarem bastante incompletos não permitindo comparação.

TABELA 2

CRESCIMENTO DE PRODUTOS DERIVADOS DA PECUÁRIA -
1881-90 (15)

PRODUTO	% DE CRESCIMENTO POR QUANTID.	% DE CRESCIMENTO DO VALOR
lã	21.55	4.34
xarque	54.60	0.49
graxa	-54.41	-131.52
sebo	56.77	-6.70
cifres	-39.34	-130.41
garras de couro	73.86	57.74
língua	-42.81	-40.00
cabelo	-43.89	-31.06
couro de cavalo	-220.80	-64.42
ossos	54.17	41.76
cinzas de ossos	-61.75	-123.10
azeite de égua	-1.384.52	-1.110.18

(15) Os quadros foram compostos a partir de dados retirados de AZZAMBUJA, Graciano A. de. Anuário do Estado do RGS para o ano de 1894. Ed. Gunlach e Cia. Porto Alegre - 1893.

TABELA 3

CRESCIMENTO DE PRODUTOS NÃO DERIVADOS DA PECUÁRIA ENTRE OS ANOS DE 1881-1890.

PRODUTO	% DE CRESCIMENTO POR QUANT'ID.	% DE CRESCIMENTO DO VALOR
farinha de mandioca	-32.44	111.78
milho	71.47	87.90
feijão	30.98	108.01
erva mate	-25.65	-29.80
sabão	-963.19	-2.701.01
fumo	1.59	-60.64
toicinho e banha	698.38	1.039,12
batata	-522.68	-309.
cebola e alho	-35.99	6.73
cola	50.34	-22.43
amendoim	767.74	1.193.81
cera	300.53	62.80
ervilha	234.119.44	—
tomate	481.18	729.71

A partir do 1º quadro, podemos observar que entre os produtos derivados da pecuária, apenas quatro obtiveram um desenvolvimento significativo: xarque, sebo, garras de couro e ossos. Dentre estes aparece o problema do xarque gaúcho que apresentou uma clara desvalorização, já que o seu crescimento em quilo não foi acompanhado por um aumento de preço.

A dificuldade dos produtores gaúchos de xarque em comercializar por bom preço o seu produto é um aspecto muito importante no contexto deste trabalho, pois nos parece que estaria na incapacidade destes de promover a transformação da produção, uma das causas do não surgimento de uma fração progressista dentro dos grupos dominantes gaúchos. Apesar de ser, o produto mais importante na pauta das exportações gaúchas, seus produtores não tiveram condições de organizar a produção de forma industrial, possibilitando um avanço na comercialização. A concorrência do Prata, que já no século XIX instalara seus primeiros frigoríficos, dificultava a comercialização do xarque nacional e sua consequente industrialização, como deixa claro Robert Levine, quando se referiu à questão:

Os problemas que haviam atormentado os criadores de gado e os produtores de charque durante o século XIX continuaram a afligi-los até 1930. As indústrias de carne da Argentina e do Uruguai tinham-se avantajado sensivelmente as operações rio-grandenses. No começo de 1906, o grosso da carne Argentina destinada à exportação era congelada ou enlatada. A Argentina adquiriu o seu primeiro frigorífico em 1883, num ano em que o charque ainda competia com o couro como a exportação mais importante do Rio Grande do Sul.
(16)

(16) LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris, op. cit. p. 104.

Quanto aos produtos não derivados da pecuária, a situação apresentava-se de maneira distinta - nove produtos aumentaram seu volume na exportação, sendo que alguns, como o feijão e a cebola, que tiveram sua quantidade diminuída, experimentaram um significativo aumento de preço.

O aumento da importância da exportação dos produtos agrícolas no Rio Grande do Sul na época, revelaram a existência de um novo pólo econômico, distinto da pecuária. Porém deve-se acrescentar que não houve em nenhum momento qualquer tipo de ameaça a hegemonia da Campanha.

A arrecadação das Mesas de Rendas dos municípios gaúchos na época, reforça o quadro das alterações sofridas no Rio Grande do Sul, mostrando o crescimento de municípios e regiões. Na região da Campanha a arrecadação se apresentava da seguinte forma entre os anos de 1872-1890:

TABELA 4

POSIÇÃO EM RELAÇÃO À ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
CAMPANHA (17)

MUNICÍPIOS	1872/73	1882/83	1890
Alegrete	9?	6?	9?
Uruguaiana	4?	4?	4?
Quarai	-	21?	25?
Rosário	-	-	36?
Livramento	10?	7?	8?
D. Pedrito	-	19?	18?
São Gabriel	12?	12?	12?
Lavras	-	-	41?
Caçapava	19?	22?	45?
Bagé	8?	8?	5?
Cacimbinhas	-	32?	38?
Piratini	20?	28?	32?
Herval	-	-	30?
Jaguarão	6?	5?	6?
Cangussú	22?	29?	25?

(17) Quadro montado a partir dos dados de: Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. José Antônio Azevedo Castro no dia 11 de março de 1875. Typografia Rio-Grandense. P.Alegre. 1875; AZZAMBUJA, Graciano. Op. cit.

As transformações ocorridas no Rio Grande do Sul, se por um lado alteraram a configuração populacional e a importância de produtos não derivados da pecuária, por outro não provocaram nenhuma mudança significativa na caracterização econômica das regiões. O quadro acima revela a solidez da posição das cidades da Campanha em termos de arrecadação que tendem a manutenção ou melhoria. Deve-se ter presente ao visualizar os dados que no decorrer dos anos abrangidos houve um significativo aumento no número de municípios e por esta razão algumas alterações na posição, como a ocorrida com Piratini, perde o significado de empobrecimento em relação ao todo.

O quadro de arrecadação dos municípios das Missões se a presente da seguinte maneira:

TABELA 5
POSIÇÃO EM RELAÇÃO À ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DAS MISSÕES (18)

MUNICÍPIOS	1872/73	1882/83	1890
Itaqui	7?	10?	13?
São Borja	21?	11?	15?
S. Luís Gonzaga	-	-	59?
Santo Ângelo	-	-	37?
Palmeiras	-	-	42?
Cruz Alta	13?	29?	16?
S. Francisco Assis	-	-	43?
Santiago do Boqueirão	-	-	58?

(18) Dados retirados das mesmas fontes do quadro anterior.

Os antigos municípios das Missões mantiveram-se ao longo destes 18 anos, em uma posição de ponta na região, inclusive melhorando, em alguns casos, suas colocações em relação a cômputo geral. No entanto os novos municípios não apresentaram quanto a arrecadação nenhum dinamismo, reforçando, desta forma, a idéia anteriormente exposta, de que no que pese as alterações ocorridas no RGS, nenhuma região ameaçou a hegemonia da Campanha.

Ainda em relação à arrecadação, cabe destacar a importância de São Leopoldo, que no ano de 1890, atingiu o 7º lugar no global do Estado. A situação privilegiada deste município deve-se sem dúvida, ao fato dele ter sido o pólo de comércio de toda a região colonial e, estar diretamente ligado a Porto Alegre por via férrea.

Em suma, a partir da análise dos dados da distribuição da população, da situação dos produtos exportados e da posição dos municípios em relação à arrecadação, chegamos a algumas conclusões que reputamos importantes dentro do contexto deste trabalho. Tendo presente as considerações iniciais deste capítulo, onde fizemos referência às modificações ocorridas no país, no período em questão, observamos que o Rio Grande do Sul não ficou fora destas transformações; ao contrário, a fisionomia da província foi significativamente alterada por um aumento substancial de população, pela incorporação de novas regiões na economia e pelo desenvolvimento da agricultura colonial que se colocou a partir de então, como uma importante atividade na economia gaúcha.

Por outro lado, as transformações ocorridas no Rio Grande do Sul, não foram suficientes para modificar a estrutura sócio-econômica, na medida em que não apareceram novas atividades ou um processo de modernização na economia tradicional, capazes de criar grupos emergentes para ameaçar a dominação dos pecuaristas ou provocar cisão dentro deste grupo. Retomando a questão relacionada com as transformações sócio-econômicas e o aparecimento de idéias progressistas no interior dos grupos dominantes, podemos afirmar, a partir dos dados analisados, que na província gaúcha não se verificaram alterações que proporcionassem o aparecimento desta situação de ruptura encontrável em outras regiões do país.

*

CAPÍTULO II

BASES DOUTRINÁRIAS E ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

A análise do movimento republicano gaúcho na fase da propaganda, deve voltar-se inicialmente para o estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense, pois, neste período é que se estabeleceram as bases doutrinárias e a estrutura organizacional do Partido. Nesta perspectiva, o estudo das características do partido quanto à sua doutrina e organização torna-se revelador das peculiaridades na medida em que contribuem de forma fundamental para a discussão da problemática política do Estado, durante o período monárquico e posteriormente na Primeira República.

1 - UM PARTIDO IDEOLÓGICO

O estudo do Partido Republicano Rio-grandense revela uma série de peculiaridades, se o compararmos com os demais existentes no período de propaganda. Completamente distanciado da ideologia liberal dominante, fez da filosofia positivista a sua doutrina e se organizou de tal forma que, mesmo sendo minoria e tendo grandes opositores nos grupos dominantes gaúchos, chegou a 1889 como uma força capaz de tomar o poder e tornar-se o partido hegemônico por longos anos no Rio Grande do Sul.

Os partidos republicanos das diversas províncias brasi-

leiras tiveram como matriz o Partido Republicano Paulista - PRP , que representou para os adeptos da causa republicana uma fonte de inspiração para levarem avante seus ideais. Neste particular o PRR não foi exceção, pois em 1882 quando da I Convenção Republicana, realizada em Porto Alegre, a comissão encarregada de apresentar um plano sobre a formação de clubes no interior "recomendou que os clubistas assinassem o manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870 e que, no dia da fundação de cada club, fosse esse manifesto lido e copiado na ata da primeira sessão." (1)

Apesar de ter inspirado-se no Manifesto de Itú, o Partido Republicano Rio-grandense apresentou claras distinções ideológicas em relação ao liberalismo do PRP. A presença do positivismo nas formulações políticas, sociais e econômicas do PRR é um fato incontestável e um dos aspectos mais ricos do estudo do movimento, pois é através dele que se pode compreender a capacidade do partido de se organizar, manter sua coesão interna e impor seus princípios em momentos críticos, como por ocasião da Constituinte Federal de 1891, onde a bancada gaúcha defendeu com grande firmeza seus princípios doutrinários. (2)

(1) ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos. Perfil Bibliográfico. Ed. Globo. Porto Alegre, 1927. V. 1 p. 62.

(2) "Singular a situação do Partido Republicano do Rio Grande do Sul naquele plenário Nacional. Decorrencia natural de sua organização política da sua formação doutrinária, anteriores ao regime, ele era o único, ali, a representar um corpo de idéias predeterminadas, um conjunto de princípios definidos, um verdadeiro programa, em suma. Aonde a maravilha entravam e cobram todas as questões ou problemas, de ordem política ou social, que o congressos cumpria discutir e resolver". ROSA, Othelo. Op. cit. p. 119.

Ao longo da propaganda republicana no Rio Grande do Sul, levada a efeito pelo PRR a partir de 1882, constata-se a presença da filosofia positivista na grande maioria dos temas tratados pelo partido. Visando uma melhor apreensão da temática positivista na doutrina do PRR, destacamos nove tópicos do programa republicano gaúcho que possibilitam perceber a sensível influência da doutrina francesa. O último tópico refere-se a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 14 de julho de 1891, onde foi concretizado grande parte do programa partidário.

1.1 - A Revolução dentro da ordem.

O PRR, através de suas manifestações no período de propaganda republicana, defendeu uma posição contrária a qualquer movimento que resultasse em abalo da ordem. A República deveria ser o resultado de uma evolução natural e não consequência de um processo que implicasse em violência. A base deste pensamento estava na idéia amplamente divulgada pelo partido de "conservar, melhorando". (3)

A ação política do PRR durante o período monárquico obedeceu esta premissa, sendo levada a efeito sempre no sentido de procurar implementar reformas para aproximar o regime cada vez mais da República. Este posicionamento implicou em uma po

(3) "... o objetivo principal da política prática é propriamente evitar revoluções violentas oriundas dos entraves mal-entendidos opostos a marcha da civilização e reduzi-las, o mais rapidamente possível a simples movimento moral, tão regular como a que agita suavemente a sociedade em termos normais embora mais vivos. COMTE, Augusto. Opúsculo de Filosofia Social. Ed. Globo, Porto Alegre, 1972. p. 99.

lítica de participação no regime monárquico, sendo esta uma das razões da existência de elaborados programas de ação para os deputados republicanos nas Assembléias Monárquicas. No programa elaborado no ano de 1884 sobre a denominação de "Bases para o programa dos candidatos republicanos" a posição partidária ficou claramente colocada:

"Desde que porém, o processo adotado pelo partido não é o revolucionário, por considerar a revolução como um evento natural, que para produzir os efeitos desejados precisa de operar-se em seu tempo, como uma solução positiva de evolução: desde que desenvolve o partido a sua propaganda moderada e pacificamente, cumpre-lhe a eliminação da monarquia".
(4)

No ano de 1889, dois acontecimentos colocaram em contração a posição do partido, o primeiro foi o encontro na Fazenda Reserva, de propriedade de Júlio de Castilhos, onde os seus principais membros tomaram resoluções a respeito do futuro procedimento político da agremiação. O segundo foi o próprio golpe militar de 15 de novembro, que derrubou a Monarquia e instaurou a República.

O documento elaborado a partir do "Encontro da Fazenda Reserva" alterou a posição mantida pelo partido, até então em suas manifestações oficiais, abrindo a possibilidade de uma ação política mais violenta:

"Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição em qualquer terreno ao futuro reinado, que ameaça nossa Pátria com desgraças de toda a ordem, e a necessidade de preparar elementos para, no momento oportuno garantir o sucesso da revolução, declaramos que temos

(4) ROSA, Othelo. Op. cit. p. 73.

nomeado nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Demétrio Ribeiro para trabalharem para que se consigam aqueles fins empregando livremente os meios que escolherem.

Nós juramos não nos deter diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrifício inútil de nossos concidadãos. Excluída essa hipótese só haveremos de parar diante da vitória ou da morte". (5)

A aceitação, por outro lado, do movimento militar de 15 de novembro, revelou que apesar de sua premissa não revolucionária, o partido não se colocou em uma posição ortodoxa. A propósito do fato, Júlio de Castilhos, escreveu no jornal "A Federação":

Nunca uma comoção maior sofreu o nosso país, nunca uma revolução mais profunda teve lugar na América do Sul.

Não é uma ordem imposta no deslumbramento das baionetas, é a ordem natural, resulta do necessário de um movimento que obedece leis indefectíveis. (6)

Comparando as palavras de Castilhos com as do apóstolo positivista brasileiro Teixeira Mendes a respeito do 15 de novembro, nota-se a evidente distância entre os dois pensamentos:

"uma admirável revolução militar" que se precipitou, em vez de esperar "uma surpreendente evolução pacífica, pela transformação voluntária da ditadura imperial em ditadura republicana, sob a pressão de uma forte opinião pública. (7)

(5) FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e Sua Época. Ed. Globo, Porto Alegre, 1967. p. 55.

(6) ROSA, Othelo. Op. cit. p. 99.

(7) COSTA, Luiz. História das Idéias no Brasil. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1967. p. 80.

A contradição existente entre a ortodoxia positivista e as idéias do PRR, estava na própria natureza do movimento gaúcho. O PRR era peça de uma engrenagem maior, constituindo ponte da propaganda republicana que se desenvolvia no país, a Proclamação da República era o objetivo máximo e portanto, no 15 de novembro não havia lugar para partidos republicanos contrários ao acontecimento. Frente a isto, o que se observa nas palavras de Júlio de Castilhos é uma forma de interpretar o golpe militar dentro dos princípios positivistas, ressaltando as idéias de ordem natural e de leis indefectíveis.

1.2 - O federalismo radical.

O federalismo foi um dos pontos básicos de toda a propaganda republicana no país, desde o Manifesto de Itú em 1870 até a Constituição Federal em 91, quando se tratou de dar feição ao novo regime. Nada, portanto, individualiza o PRR em considerá-lo federalista. No entanto, no decorrer deste período, a idéia dentro do partido obedeceu uma trajetória de radicalização, se aproximando cada vez mais das pequenas repúblicas de Comte e desta forma se distanciando do pensamento dos demais republicanos do país. (8)

Quando em 1891 a bancada do Rio Grande do Sul se manifestou na Constituinte Federal a respeito da forma de federalismo a ser adotado no país, ficou explícita a diferença de posição entre esta e os demais deputados presentes. Os gaú-

(8) "A fórmula federativa, para os positivistas, substituiria as pequenas Repúblicas idealizadas por A. Comte" COSTA, Luiz. Op. cit. p. 240.

chos defendiam a idéia de dotar cada estado de autonomia não apenas administrativa como também econômica. (9)

Antão de Faria, assim colocou a questão, quando criticou os debates que estavam sendo travados a respeito do federalismo:

Apesar da discussão demorada sobre matéria judiciária e sobre outros assuntos, para mim a federação está principalmente nisto: - na discriminação das rendas. (10)

Os constituintes gaúchos de volta ao Rio Grande do Sul e tendo grande parte de suas emendas rejeitadas por uma Assembleia fundamentalmente liberal, lançaram o "Manifesto dos Constituintes ao povo riograndense", onde prestavam conta de sua atuação e defendiam suas idéias. Neste documento, escrito por Júlio de Castilhos em nome dos demais, a crítica feita a forma de federalismo adotada pela Constituinte, revelou o radicalismo da posição gaúcha:

A completa discriminação das rendas federais das dos estados, de modo a ficarem claramente definidas a competência destes e a da União, evitando-se assim a desnaturação do princípio federal na sua aplicação positiva e neste sentido apresentar uma solução tão simples quanto satisfatória.

Penso que o sistema adotado pela constituição é diretamente contrário a federação a tenta as especiais condições do Brasil, que liberando-se do centralismo mantido pelo extinto império, reclama instantaneamente mudanças de normas administrativas com a consequente transformação do regime de impostos.
(11)

(9) A idéia apareceu pela primeira vez nas Bases para o Programa do Candidato Republicano em 1884: "Descentralização provincial tendo por base a eletividade dos presidentes e a perfeita discriminação da economia da Província do estado." in: ROSA, Othelo. Op. cit. p. 73.

(10) Annaes do Congresso Nacional, VII. Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, 1891, p. 146.

(11) ROSA, Othelo. Op. cit. p. 236.

1.3 - A valorização do imposto indireto.

O problema dos impostos foi um dos pontos fundamentais no programa do PRR. A questão principal era a substituição do imposto sobre a exportação pelo imposto direto, ou seja, o imposto sobre a propriedade territorial. A idéia aparece, já na I Convenção Republicana gaúcha de 1882, onde assim se manifestaram sobre o assunto:

Sobre a matéria dos impostos se esforçarão pela redução gradual das atuais taxas a menores valores e evitarão a criação de novos impostos.

Quando de todos esses seções imprescindíveis procurarão adequá-los a doutrina do Partido, que considera o imposto direto como o único verdadeiramente equitativo e o único capaz de desafiar a fiscalização do contribuinte. (12)

O posicionamento da Convenção apresentou um aspecto muito significativo que foi a referência à doutrina do partido. Se poderia argumentar sem grandes problemas que a defesa deste tipo de taxação fosse decorrente da situação econômica do Rio Grande do Sul. Não discutiremos aqui, até que ponto o imposto direto beneficiaria a Província, o que nos preocupa ressaltar é que a idéia estava coerente com a base doutrinária do partido. (13)

12. ROSA, Othelo. Op. cit. p. 63.

13. Em 1884, o posicionamento a respeito do imposto indireto se torna mais explícito em relação a sua base ideológica: "Quando seja indispensável a criação de novos impostos procurarão adequá-los a doutrina do partido que considera o imposto direto como o verdadeiramente equitativo e o único capaz de desafiar a fiscalização do contribuinte, sustentando a criação do imposto territorial e a eliminação possível de impostos indiretos." ROSA, Othelo. Op. cit. p. 75.

Os republicanos gaúchos trataram de lançar sua idéia a respeito da matéria nas discussões da Constituinte Federal, sendo interessante destacar o argumento usado por Júlio de Castilhos para fazer frente a resistência encontrada naquela casa:

... não nos iludamos sobre as dificuldades tão decantadas para lançar-se o imposto territorial. Não precisamos de cadastro: O Estado Oriental, para cobrar o imposto territorial não tem cadastro - e este imposto ali constitui a principal fonte de riqueza. (14)

1.4 - A questão do ensino e a liberdade de profissão.

O Partido Republicano Rio-grandense tomou uma posição muito concreta, em relação ao problema do ensino, desde seus primeiros documentos. A preocupação com a educação vem ao encontro dos dogmas positivistas, que a considerava a grande solução para a sociedade. (15)

Tanto no documento de 1882, como no de 1884, houve uma nítida preocupação em definir o pensamento do partido a respeito da questão do ensino. Entretanto, observa-se uma mudança de posição nos dois documentos, no primeiro "a instrução pública visa atender sempre a índole e o caráter de nossos provincianos", já nas "Bases do Programa do candidato republi

(14) Annaes do Congresso Federal.V.I - Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1891, p. 187.

(15) Comte quando propõe um programa para se chegar a Revolução moral coloca como segundo tópico em importância a educação: "A segunda série visa a fundar o sistema completo de educação positiva que convém a sociedade regenerada, constituindo-se para agir sobre a natureza, ou, em outros termos, ela propõe aperfeiçoar tal ação naquilo que depende das faculdades do agente." Comte, Op. cit. p. 86.

cano", a idéia apareceu muito mais definida em relação a doutrina do partido - "a instrução deve subordinar-se ao ideal do Partido que pensa neste assunto do seguinte modo: ensine quem souber e quiser - e como puder." (16)

A presença de um sentido político em relação à educação apareceu também quando foram discriminados os procedimentos para alcançar-se um nível satisfatório de ensino: "supressão de privilégios dos diplomados; adoção de um sistema de ensino provisório; restrição do ensino oficial superior aos que for base as profissões verdadeiramente úteis." (17) Destaca-se neste grupo de medidas a que diz respeito a supressão dos privilégios dos diplomados. O ensino superior oficializado e regulamentado foi muito combatido pelo partido, o que se adequava perfeitamente ao pensamento de Comte sobre o assunto:

Considero a Universidade como uma corporação essencialmente oposta ao progresso dos conhecimentos e que procuraria retrogradar o espírito humano, se o espírito humano pudesse retrogradar. (18)

1.5 - A liberdade de comércio e indústria.

A posição do PRR a respeito das atividades comerciais e industriais se limitaram a relação que o Estado deveria ter com estas e, neste particular, a idéia do partido se dirigiu no sentido de garantir a plena liberdade de comércio e indús-

(16) ROSA, Othelo. Op. cit. p. 69.

(17) ROSA, Othelo. Op. cit. p. 74.

(18) Letres D'Auguste Comte a M. Valot (1818-1889) in: BASTOS, Tocary Assis. O positivismo e a realidade brasileira. Estudos Sociais e Políticos. Ed. RBEP. Faculdade de Direito da UFMG. 1965. p. 52.

tria, ou seja, no impedimento do Estado de criar privilégios para qualquer tipo de indústria ou atividade comercial, assim como qualquer tipo de trabalho.

Se de uma forma, este tipo de posicionamento correspondia a doutrina francesa, por outro se adequava a uma realidade existente no Estado, que era a de aumentar o número de indústrias e para que isto acontecesse não seria admissível medidas restritivas.

1.6 - A ausência do poder legislativo.

A idéia positivista adotada pelo partido em relação aos poderes governamentais não previa a distinção entre o poder executivo e poder legislativo. Tal posição apareceu de forma explícita quando da elaboração da Constituição estadual de 1891, que será desenvolvida detalhadamente no tópico número 1.9, deste capítulo.

A supressão da Assembléia Legislativa e conseqüente concentração de poderes no executivo, não foi uma idéia defendida pelo partido ao longo de sua propaganda, aparecendo apenas em 1891.

Na Constituição Federal, a bancada do Rio Grande do Sul, não apresentou nenhuma emenda no sentido de pôr em prática esta idéia, sua atuação foi na direção da elaboração de emendas visando a extinção das duas casas legislativas (19), posição

(19) Sempre que a redação do projeto se referia a Câmara de Deputados e ao Senado, Júlio de Castilhos fazia emendas, substituindo os dois termos por Congresso. Annaes do Congresso Federal, op. cit. 94.

que apareceu de uma forma bastante tímida nas Bases de 1884 :
" - um poder legislativo central, igualmente representativo da vontade nacional". (20)

1.7 - A separação entre Igreja e Estado.

A defesa da completa separação entre o poder temporal e o poder espiritual, não foi uma particularidade do programa do PRR, pois toda a propaganda republicana concordava neste aspecto. Entretanto, para o PRR, mais do que uma questão prática, a separação de tais poderes foi uma questão doutrinária, calcada na filosofia positivista (21) e por isto considerada de grande importância no posicionamento do programa político do partido gaúcho. Importância que ficou explícita, quando da passagem do primeiro aniversário da separação entre o Estado e a Igreja no Brasil, ocasião em que Demétrio Ribeiro propôs a seguinte moção ao Congresso Constituinte Federal:

Não desejando que este dia passasse em completo silêncio da parte do Congresso tomei a deliberação de sujeitar a consideração desta assembléia uma moção na qual ao mesmo tempo que se dá uma manifestação de louvor a quele ato governamental, se afirma positivamente a solidariedade do Congresso com o princípio político de completa separação entre o espiritual e o temporal. (22)

Significativa, também, foi a declaração de voto da bancada gaúcha na sessão de 15 de janeiro de 1891, quando decla-

(20) ROSA, Othelo. Op. cit. p. 72

(21) Vide: COMTE, Augusto. Quinto opúsculo - considerações sobre o poder espiritual in: Opúsculos de Filosofia positiva. Ed. Globo. Porto Alegre, 1965.

(22) Annaes do Congresso Federal, V. VII op. cit. p. 98.

rou-se contra o impedimento do voto dos religiosos. Tal posição para os positivistas gaúchos feria não apenas sua idéia de separação de poderes temporal-espiritual, como também estava relacionada com o impedimento a qualquer tipo de trabalho. (23)

1.8 - A autonomia municipal.

O reconhecimento do município como a primeira unidade política da nação foi uma tônica no programa do partido. A descentralização municipal foi assunto tratado desde a Convenção republicana de 1882. Dentro da posição do partido, o município deveria ter garantido, além da autonomia administrativa em termos de código de posturas e execução de obras, a autonomia econômica para dispor de suas rendas e para fazer empréstimos. (24)

A importância do tema para o partido ficou claramente definida quando da elaboração da Constituição Estadual de 1891, assunto que trataremos a seguir.

1.9 - A Constituição Rio-grandense de 1891.

Ao esboçar um estudo a respeito das bases programáticas do PRR um importante aspecto a considerar é a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1891, pois foi através dela

(23) Id. *ibid.* p. 316.

(24) "Afirmação e autonomia das câmaras nas questões que se referem propriamente a economia do município". Resolução da Convenção de 1882. ROSA, Othelo. *Op. cit.* p. 64.

que os republicanos colocaram na prática um modelo de organização constitucional, traduzindo em normas os princípios básicos que os propagandistas haviam defendido ao final do período monárquico.

Antes de discutir a Constituição em si, deve-se apontar para o fato de que apesar de suas inúmeras características inspirada na doutrina de A. Comte, não se pode considerar o Rio Grande do Sul como o protótipo de um Estado positivista, pois havia de um lado, as limitações impostas pela Constituição Federal e de outro o fato dos adeptos gaúchos do filósofo francês não serem ortodoxos em suas formulações.

Sabe-se que o projeto de Constituição do Rio Grande do Sul deveria ter sido elaborado por uma comissão composta por Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos e Assis Brasil; porém, na realidade, os dois últimos declararam posteriormente que a autoria do projeto tinha sido exclusivamente do primeiro. (25)

Em linhas gerais, a Constituição consagrava os seguintes princípios: ausência da divisão dos poderes e conseqüente concentração de poderes nas mãos do Presidente do Estado; ausência da Assembléia Legislativa, substituída por uma Assembléia de Representantes com atribuições exclusivamente orçamentárias; atribuições originais a organização municipal; subs

(25) "Sobre o trabalho dessa Comissão, informa o Dr. Joaquim Luiz Osório que o autor do projeto de Constituição foi Júlio de Castilhos". Os dois outros cidadãos incumbidos pelo Governador Cândido Costa de redigir o projeto de Constituição do Estado nele não colaboraram: Ramiro Barcelos estava então no Rio e Assis Brasil não lhe deu a assinatura, como hoje recusa a sua responsabilidade nesta obra, com cuja doutrina, diz estava em desacordo. RUS SOMANO, Victor. História Constitucional do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 1976. p. 176.

tituição da proclamação liberal em torno dos direitos e deveres do cidadão por "Garantias gerais de Ordem e Progresso".

De acordo com a ditadura republicana defendida pelos seguidores de Comte, a Constituição gaúcha de 91 reservou ao Presidente do Estado uma grande soma de poderes que se revelam em dois aspectos: na continuidade do mandato presidencial e no seu poder de legislar.

A continuidade do governo era assegurada, num primeiro nível na Constituição, pelo direito do Presidente de escolher livremente o vice-presidente de Estado. (26) Dois outros aspectos reafirmavam a preocupação com a continuidade governamental. Um primeiro dizia respeito à possibilidade do presidente ser reeleito indefinidamente, e o segundo se relacionava com a linha sucessória em caso de impedimento do presidente: todos os possíveis sucessores eram pessoas que haviam sido nomeadas pelo presidente. (27)

A grande soma de poderes dada ao Presidente, pela constituição, estava especificada no Capítulo II, que tratou "Das atribuições do presidente". A ele cabia redigir e regulamentar leis, preparar o projeto de orçamento e organizar a força pública. Portanto, estavam em suas mãos as leis, as finanças

(26) Art. 10. "Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o presidente escolherá livremente um vice-presidente. in: Constituições Sul-Riograndenses. 1963, p.53.

(27) Art. 22. "No impedimento ou falta do vice-presidente serão sucessivamente chamados a exercer a Presidência os secretários de estado, na seguinte ordem: negócios do interior; negócios da fazenda e o das obras públicas. id. ibid. p. 59.

e a repressão. (28)

Se por um lado o presidente concentrava muitos poderes, por outro o papel da Assembléia de Representantes era extremamente restrito, cabendo a ela apenas a aprovação do projeto de orçamento elaborado pelo presidente. A Constituição, inclusive, previu para o seu funcionamento um período de apenas dois meses, sendo que o primeiro deveria ser ocupado para a votação da receita e despesa do ano seguinte, e o segundo para a votação da receita e despesa do ano anterior. (29)

A concentração de poderes nas mãos do presidente do Estado e a função restrita a assuntos financeiros da Assembléia de Representantes, foram os aspectos da Constituição, onde os princípios da filosofia positivista apareceram com mais força, pois houve uma perfeita sintonia com a idéia de A. Comte a respeito da questão da organização do Estado:

"As leis e os decretos devem ser concentrados no governo conservando-se apenas uma assembléia puramente financeira para votar o orçamento". (30)

-
- (28) Art. 20. Como chefe supremo do governo e da administração, compete ao Presidente, com plena responsabilidade:
1. promulgar as leis que, conforme as regras adiante estabelecidas forem de sua competência.
 2. Dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado.
 7. Preparar o projeto do orçamento da receita e despesa do Estado, para ser oferecido a Assembléia no começo de sua sessão.
 10. Organizar a força pública do Estado, dentro da verba orçamentária, destinada a este serviço, dispor dela, distribuí-la e mobilizá-la, conforme as exigências da manutenção da ordem, segurança e integridade do território. Id. *ibid.* p. 59.
- (29) Art. 37. A Assembléia reunir-se-á anualmente na capital do Estado, sem depender de convocação, no dia 20 de setembro e funcionará por dois meses. Id. *ibid.* p. 61.
- (30) COMTE, Augusto. ap. COSTA CRUZ, in: Revista Histórica nº 1.

Ainda em relação à organização política, a Constituição apresentou outra particularidade: a tramitação do projeto de lei. Sendo elaborado pelo Presidente do Estado, este deveria remetê-lo a todos os Intendentes municipais, acompanhado de uma exposição de motivos. Os Intendentes deveriam, por sua vez, dar publicidade ao documento por um período de três meses, no qual qualquer cidadão poderia propôr emendas. (31). Voltando o projeto com suas devidas emendas, para o Presidente do Estado, este teria a liberdade de aceitá-las ou não, de acordo unicamente com sua vontade. A única limitação imposta ao seu poder de legislar estava na possibilidade da maioria dos Conselhos Municipais de vetar a lei, depois de sancionada. (32)

O processo pelo qual passava o projeto de lei, desde a sua elaboração até a promulgação definitiva reafirma a grande soma de poder de que estava investido o Presidente do Estado. Pois se, de um lado, este processo garantia a participação direta do cidadão na elaboração das leis, por outro cortava a possibilidade da discussão do projeto a nível de assembléia.

(31) Art. 31 § 1º. O projeto e a exposição serão enviados diretamente aos intendentes municipais, que lhes darão a possível publicidade nos respectivos municípios. Constituições, Op. cit. p. 60.

Art. 31 § 2º. Após o decurso de três meses, contados do dia em que o projeto for publicado na sede do governo, serão transmitidas ao Presidente, pelas autoridades locais, todas as emendas e observações que forem formuladas por qualquer cidadão habitante do Estado. Constituições, op. cit. p. 60.

(32) Art. 32 § 4º. "Em ambos os casos do parágrafo antecedente será o projeto, mediante promulgação, convertido em lei de Estado, a qual será revogada se a maioria dos conselhos municipais representar contra ela ao Presidente". Constituições. Op. cit. p. 60.

A função dos Conselhos Municipais, ficava minimizada pela sua própria natureza, uma vez que isolados dentro das sedes dos municípios, a possibilidade de uma ação conjunta era praticamente inexistente. Todavia, cabe observar que, apesar das limitações da ação destes conselhos, estes retinham uma parcela de poder significativa no contexto, considerando a extrema centralização de poder nas mãos do Presidente do Estado, garantida pela Constituição.

Cabe ainda, em relação à Constituição do Rio Grande do Sul de 91, um destaque para o título IV que tratou "Das Garantias de Ordem e Progresso". Este capítulo adquire importância dentro da perspectiva de nossas preocupações por dois fatores: primeiro por configurar mais uma vez a idéia da estreita influência positivista na Constituição, quer por sua própria denominação, quer pelos assuntos que abordou: liberdade de profissão (33); liberdade de imprensa (34); liberdade de trabalho, da indústria e do comércio (35) e equiparação do funcionalismo público (36).

(33) Art. 71 § 1. Não são admitidos também no serviço do estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial. Constituição. Op. cit. p. 67.

(34) Art. 71 § 17. Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes comuns que cometeu no exercício desta liberdade. Constituição. Op. cit. p. 68

(35) Art. 71 § 17. Nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem a qualquer trabalho ou indústria. Constituição. Op. cit. p. 68.

(36) Ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos de quadros e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens que gozam aqueles. Constituições. Op. cit. p. 68.

Por outro lado, a inclusão dos itens acima na Constituição revelou a preocupação do PRR em colocar na prática os aspectos principais de seu programa desenvolvidos ao longo do período de propaganda.

Em suma, o PRR estruturou-se ao longo do período da propaganda, sob uma sólida base ideológica. A filosofia positivista norteou os principais pontos do programa do partido e foi fundamental na atuação da bancada gaúcha na Constituição Federal de 1891. Grande parte das concepções sustentadas nestes momentos, foram colocadas na prática quando da elaboração da Constituição Estadual de 14 de julho.

O Partido Republicano Rio-grandense, portanto, caracterizou-se por possuir uma doutrina bem estruturada que lhe acompanhou por todo o período. A solidez ideológica de um partido, organizado em uma situação adversa, que teve como razão principal de sua luta a causa republicana, é muito significativa, pois uma agremiação política que não disputava o poder, no período monárquico, poderia tender muito mais facilmente para uma frente ampla republicana do que para um partido com as características que teve.

Finalmente, o fato da doutrina que norteou o partido ter sido a positivista, demonstra o sentido peculiar do PRR em relação aos demais partidos republicanos, como por exemplo PRP, de tendência nitidamente liberal.

2 - UM PARTIDO ORGANIZADO

Paralelamente a uma base ideológica calcada em sólidos princípios positivistas, o Partido Republicano Rio-grandense

realizou, ao longo do período monárquico um esforço de organização que resultou em uma grande capacidade de atuação em momentos em que as condições para tal apresentavam-se desfavoráveis.

O movimento republicano no Rio Grande do Sul teve início na década de 70 através de adeptos esparsos, organizando-se como partido somente no ano de 1882. A primeira fase é de difícil reconstrução, pois a propaganda se fez de forma desordenada, não deixando uma documentação que possibilite a análise minuciosa do período (37). Sabe-se que a partir da Convenção de Itú alguns nomes proeminentes de Porto Alegre começaram a propagar a idéia da república. (38)

O Partido Republicano Rio-grandense começou a organizar-se efetivamente a partir dos anos 80. As medidas necessárias para o seu funcionamento foram tomadas entre os anos de 1882-1884. O documento que deu início às atividades do movimento, enquanto partido, foi a convocação para a Convenção Republicana, datada de 12 de dezembro de 1881.

A Convenção Republicana reuniu-se a partir de fevereiro

(37) Dados relevantes a respeito do período encontram-se em: PICCOLO, Helga. Iracema Landgraf. A política Rio-grandense no II Império (1868-1882). Ed. do Gabinete de Pesquisas de História do Rio Grande do Sul, UFRGS, P. Alegre - 1974.

(38) "a propaganda da República, trabalho que lentamente se iniciara depois da publicação do Manifesto de Itu em ... 1870, era empresa ingrata e árdua, a que se aventurava um que outro intelectual vanguardista. Francisco Xavier da Cunha e os dois Porto Alegre, Apolinário e Apeles, haviam sido os pioneiros, ainda na década de 70, coroada pela fundação de um clube na Capital da província (1878) e a eleição de dois vereadores republicanos para a Câmara Municipal em 1880." FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 21.

de 1882 e dela participaram representantes de clubes e núcleos do interior, além de republicanos não ligados a qualquer organização. O fato de terem comparecido representantes de 18 cidades do interior, dez dos quais representando núcleos organizados revela que a movimentação em torno das idéias republicanas já era uma realidade anterior à fundação do partido. (39).

Organizar um partido e criar normas para a sua atuação foi a tônica desta primeira reunião. "Foram discutidos pareceres e projetos sobre os seguintes assuntos: 1º bases para a organização do futuro Congresso republicano; 2º homogeneidade de vista na formação de clubes; 3º candidaturas - modo de apresentá-las; 4º bases para o programa dos candidatos à próxima legislatura da Assembléia provincial; 5º procedimento dos republicanos nos pleitos eleitorais; 6º imprensa do partido; 7º propaganda republicana." (40)

Os itens acima descritos, trataram de três aspectos básicos - a organização interna, candidaturas e propaganda. Quanto ao primeiro percebe-se duas importantes preocupações, que dizem respeito à organização do Congresso do partido e a fundação de clubes no interior.

O Congresso Republicano teve como função principal dirigir o partido, reunindo-se todos os anos, segundo as normas

(39) Uruguaiana, Itaqui, Rincão de Santo Isidro; São Borja, Alegrete, São Gabriel, Caçapava, Cachoeira, Pelotas, Montenegro, Porto Alegre, Bagé, Cangussú, São Sepé, Santa Maria, Cima da Serra, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta. ROSA, Othelo. op. cit. p. 59.

(40) ROSA, Othelo, op. cit. pp. 60/1.

estabelecidas pela Convenção, dele faziam parte representantes de todos os municípios onde existissem republicanos. Estes seriam eleitos segundo a vontade da maioria dos membros do núcleo local do partido. As normas que deveriam regê-lo foram explicitadas em um documento de 1882, onde apareceram as seguintes resoluções: "cada município elegerá um representante. No caso porém, da existência de mais de um clube no mesmo município, poderá cada clube constituir seu delegado; até a reunião da assembleia, funcionará na Capital uma comissão eleita anualmente com o fim de dirigir os negócios do partido, tomar as providências urgentes e manter a correspondência com os núcleos republicanos da Província, ficando porém seus actos sujeitos a aprovação da Assembleia; os republicanos dos diversos municípios, que estejam constituídos em clubes, quer não, reunir-se-ão no dia 1º de janeiro de 1883 em seus respectivos municípios e, de acordo com a base 4ª farão a eleição de seus representantes pelo modo que julgarem conveniente; servirá de diploma aos representantes eleitos, no caso de haver constituído, uma cópia da reunião em que for eleito, assinada pelo presidente e secretário e caso contrário, assinada pela maioria absoluta dos republicanos que hajam votado". (41)

As normas estabelecidas para a eleição dos representantes municipais ao Congresso e as limitações que foram impostas à Comissão que dirigiria o partido antes de sua instalação, revelam, em primeiro lugar, a preocupação com a representatividade dos dirigentes e, em segundo, a importância do órgão. É interessante que este colegiado teve um relevante pa-

(41) ROSA, Othelo. op. cit. p. 62

pel nos primeiros anos do partido, pois surgiu como elemento aglutinador e homogeneizador do movimento. Entretanto, com o passar dos anos, o partido foi muito mais dirigido pela Comissão Executiva que fazia as vezes do Congresso quando este não estava reunido, ocasião em que suas decisões passaram a ser simplesmente homologadas pelo órgão colegiado.

Ainda quanto à organização interna do partido, a Convenção nomeou uma comissão encarregada de elaborar as diretrizes para a fundação de clubes no interior. A principal preocupação com estes clubes dizia respeito à homogeneidade da organização e da ação, como ficou explícito na seguinte resolução:

"A comissão encarregada de apresentar o plano sobre a homogeneidade de vistas na fundação dos clubs, recomendou que os clubistas assinassem o manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870 e que, no dia da fundação de cada club, fosse esse manifesto lido e copiado na ata da primeira sessão, onde seria seguido de assinaturas." (42)

Tanto a criação do Congresso, trazendo do interior todos os republicanos para estabelecerem diretrizes comuns, como o fato de criar clubes que obedecessem os mesmos princípios, atestam a intensão do partido de se organizar como um corpo único, afastando as possibilidades do surgimento de núcleos independentes.

Quanto às questões das candidaturas aos pleitos eleitorais monárquicos, a Convenção também nomeou uma comissão para delinear princípios. O parecer da referida comissão se resumiu a forma como seriam escolhidos os candidatos, deixando o

(42) ROSA, Othelo. op. cit. p. 62.

problema relativo a programa para uma fase posterior. (43)

A Convenção ainda tratou de lançar as bases para um futuro jornal, que deveria se dedicar a propaganda republicana, assunto que, entretanto, só foi tratado com maiores detalhes no ano seguinte por ocasião do I Congresso. (44).

As diretrizes básicas com vista a organização partidária foram delineadas pela Convenção de 1882; os congressos que se realizaram a partir de então trataram de aprimorar os aspectos mais relevantes.

O 1º Congresso Republicano foi realizado em março de 1883. O assunto mais importante tratado nesta reunião foi a respeito da criação da imprensa partidária. Com este objetivo foi elaborado um projeto onde especificou-se os princípios básicos da publicação - reforma dentro da legalidade e defesa do ideal federalista. (45)

(43) "A comissão encarregada de dar parecer sobre o modo de se fazer a apresentação dos candidatos a cargos eletivos entende que nenhuma base pode ser adotada a não ser o princípio da eleição prévia; entretanto, considerando que, pela gravidade e importância da questão, mais justamente ao Congresso de que a atual reunião caberá a responsabilidade de qualquer decisão sobre o assunto, é de parecer que seja ele adiado para ocasião oportuna." ROSA, Othelo. op. cit. p. 62.

(44) "Iniciando o trabalho de organização do partido republicano nesta província, torna-se uma impreterível necessidade a criação da imprensa do mesmo partido, destinada a explicar, defender e sustentar o programa do partido republicano". ROSA, Othelo. id. ibid. p. 26.

(45) § 1. Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema republicano no Brasil.
§ 2. Dentro da legalidade monárquica, e enquanto não se operar a mutação na forma de governo - empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido, prestando apoio a todos os atos da autoridade quer tendam a efetuação das reformas.
§ 3. Expor, sustentar e promulgar idéias e medidas administrativas e econômicas, sempre filiadas ao sistema federativo que sejam de rela utilidade pública.
ROSA, Othelo. id. ibid. p. 37

As eleições municipais e provinciais ocorridas em 1882 foi outro assunto tratado no 1º Congresso Republicano. O PRR havia concorrido para as primeiras em todos os municípios onde havia núcleo organizado do partido e para as outras em todos os distritos eleitorais, o que revela a força da organização partidária, já em seus primeiros momentos.

Ainda sobre o Congresso de 83, cabe destacar duas proposições apresentadas em plenário. A primeira delas propunha a elaboração de um projeto de Constituição:

"a eleição de uma comissão de três membros encarregados de estudar e formular um projeto de Constituição do futuro estado rio-grandense, como parte integrante da Confederação brasileira, devendo ser este projeto preparado para ser discutido e votado na próxima sessão periódica do Congresso". (46)

A outra propunha a nomeação de uma comissão para estudar a realidade sócio-econômica da província:

"a nomeação de outra comissão, também de três membros para preparar e apresentar no ano vindouro, do modo mais completo possível, um estudo sobre a economia da Província e outro particularmente sobre o ensino público, estudos que servissem de base a representações que o Congresso tivesse de fazer nesse sentido à Assembléia Provincial." (47)

As duas proposições reforçam a idéia, até aqui exposta, da preocupação do PRR em organizar-se de maneira eficiente no sentido de participar na política monárquica, através de um conjunto de propostas bem elaboradas.

(46) ROSA, Othelo. op. cit. p. 69

(47) ROSA, Othelo. op. cit. p. 69

O Congresso de 1884, completou o processo de organização do PRR, uma vez que nele ficaram estabelecidas as "Bases para o programa do candidato republicano". Este documento estava dividido em seis itens que davam a forma de procedimento do candidato em relação aos mais variados assuntos, tais como: formas de ação sob o regime monárquico; reformas políticas; abolição do elemento servil; imigração; finanças. (48)

As Bases de 1884 se constitui em um dos documentos de maior importância do partido no período republicano, pois sua existência deixa explícito um partido altamente organizado e preocupado com a homogeneidade ideológica de seus candidatos.

Os demais Congressos acontecidos no período de propaganda, trataram apenas de problemas gerais, sem acrescentar aspectos significativos na organização partidária.

O Partido Republicano Rio-grandense, surgido em 1882, realizou, portanto, no decorrer de sete anos, um trabalho de organização eficiente que lhe possibilitou chegar à República completamente estruturado, tanto em relação a seu funcionamento interno, como em relação às posições políticas a serem tomadas enquanto poder.

Ao lado da organização, o PRR possuiu um corpo doutrinário que lhe deu coesão de pensamento, colocando-o em uma posição privilegiada em relação aos demais partidos republicanos do país.

(48) Não nos deteremos no estudo dos pontos das "Bases para o programa do candidato republicano", pois estas de outra forma foram analisadas na primeira parte deste capítulo, quando se tratou da ideologia.

Se a doutrina positivista do PRR foi, em grande medida, responsável pelo tipo de posição tomada pelo partido em relação à sua forma de atuar no contexto político de que participou, deve-se creditar ao grupo que o fundou e trabalhou no partido esta capacidade de organização e esta firmeza ideológica.

A questão que nos propomos a discutir no capítulo seguinte é a de saber quem foi o grupo que fez parte do PRR no período da propaganda, quais suas características e como elas se adequavam ao posicionamento ideológico do partido.

CAPÍTULO III

PERFIL SOCIOLÓGICO DOS REPUBLICANOS GAÚCHOS DO PERÍODO DA PROPAGANDA

Nos capítulos anteriores analisamos a mutação sócio-econômica ocorrida no Rio Grande do Sul no período de 1870 a 1890 e suas relações com o surgimento do movimento republicano, bem como nos detivemos na caracterização da ideologia e da organização do Partido Republicano Rio-grandense. Apesar do período ter produzido significativas mudanças na distribuição populacional, na ocupação de espaços e expansão das fronteiras econômicas em direção ao norte do Estado, estas não provocaram a emergência de novos grupos sociais capazes de cindir o grupo dominante tradicional. Neste contexto surgiu o PRR que formando-se dentro de um regime monárquico, alcançou uma formidável organização e coesão ideológica inspirada na filosofia de A. Comte.

A conjugação dos fatores acima reflete uma situação distinta da que ocorria em outras regiões do país, principalmente em São Paulo, onde as transformações sócio-econômicas deram origem a cisões no interior do grupo dominante, formando um segmento progressista-liberal defensor do regime republicano. Se no Rio Grande do Sul nossa hipótese é que esta ruptura interna não ocorreu na fase da propaganda, a questão a ser discutida é de quais os segmentos sócio-econômicos que se tornaram republicanos e por que estes grupos adotaram a filosofia positivista como ideologia política.

O presente capítulo, tem como objetivo fazer uma análise do grupo que fundou e organizou o Partido Republicano Rio-grandense, uma vez que, reputamos fundamental um estudo especial do núcleo dos republicanos da propaganda, em função da posição peculiar que o partido terá após a Proclamação da República, quando ocupará o poder regional, hegemonicamente por um longo período.

A Constituição do Estado de 1891, como tivemos oportunidade de demonstrar, em consequência dos princípios doutrinários do partido, tinha notórias características autoritárias e na prática política, se concretizou através de uma máquina burocrática e de um aparato coercitivo poderoso. Estas características somadas aos inúmeros conflitos com a oposição ao longo da Primeira República, desfigurou o grupo inicial do PRR, já que, novas alianças políticas foram feitas e/ou novos grupos foram cooptados. Com base nesta situação encontramos interpretações sobre o grupo participante do PRR, que estão estreitamente ligadas ao panorama político-gaúcho da Primeira República, não explicando, porém, de forma satisfatória quem integraria a liderança do partido antes da tomada de poder. Um exemplo típico desta interpretação encontra-se no trabalho de Robert Levine quando definiu a figura clássica do coronel-burocrata (1) e em Sérgio da Costa Franco quando tratou de identificar o partido com a classe média. (2) Estas generalizações, a

(1) "O homem que, anexava os votos não era invariavelmente o estancieiro, com efeito a exceção constituía a regra na Zona Colonial, onde havia poucos latifundiários. Tipicamente porém, os coronéis do Rio Grande eram proprietários rurais se bem que não fossem necessariamente os maiores proprietários em seus distritos. O que singularizava o coronel gaúcho era o papel que ele representava na estrutura do partido. Em outros estados o coronel geralmente conquistava a sua posição graças em parte a seu prestígio social dentro de certa área. Conquanto esses fatores tivessem algum peso
(continua)

partir de nossos dados, parecem não aplicar-se aos republicanos da fase da propaganda.

A identificação feita por Costa Franco do PRR como um partido de classe média vem ao encontro, de uma forma ampla à hipótese desenvolvida neste trabalho. Entretanto, se faz necessário ressaltar que dentro de um estudo específico, a posição do autor se distancia da nossa na medida em que ao exemplificar o segmento de classe apontou para elementos de uma baixa classe média, o que não corresponde, como veremos a seguir, aos dados por nós levantados.

a) *O GRUPO DOS REPUBLICANOS DA PROPAGANDA.*

Para estudarmos os republicanos que pertenceram ao partido no período da propaganda, selecionamos um grupo de 71 nomes. A seleção obedeceu o critério de participação ativa no PRR, em termos oficiais. Limitamos o grupo aos Republicanos que participaram da Convenção de 1882, dos subsequentes Con-

(continuação) no Rio Grande do Sul, havia uma qualificação indispensável para um homem exercer o poder local: a disposição para aceitar as decisões superiores: daí o nome de coronel burocrata." LEVINE, Robert. Op. cit. p. 113.

- (2) "O partido Castilhista ou Partido Republicano Rio-Grandense, conquanto desfigurado no decorrer dos anos, inclusive em seu conteúdo classista, pois pouco a pouco adquiriu penetração nos grupos econômicos tradicionalmente dominantes, conservaria como reflexo de sua luta contra os gaúchos, uma visível desconfiança contra o ilimitado poderio dos caudilhos rurais (...) A hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense ofereceu amplas oportunidades à ascensão social e política de elementos de classe média. Modestos funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar profissionais de condição financeira medíocre, lograram alcançar invejáveis posições políticas." FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 203.

gressos do partido e que, ao mesmo tempo, foram candidatos a eleições municipais e provinciais ou os que integraram a bancada gaúcha na Constituinte Federal de 1891. Excluimos da lista, nomes que mesmo aparecendo na bibliografia corrente como republicanos, não atuaram diretamente nestes eventos oficiais do partido. Por outro lado, incluímos também os deputados e senadores do Rio Grande do Sul na Constituinte Federal, apesar de alguns deles não terem tido participação destacada no período da propaganda. Procedemos desta forma por entendermos ser este um grupo de elite, que representou o pensamento do PRR a nível nacional. A partir destes critérios, selecionamos um grupo, com estas qualificações e cuja lista está abaixo indicada.

RELAÇÃO DO GRUPO SELECIONADO DE REPUBLICANOS
NO PERÍODO DA PROPAGANDA (3)

1 - ADOLFO OSÓRIO

- fundador do club republicano de Santana do Livramento.
- candidato do PRR à Assembléia Provincial em 1884.

2 - ALBERTO CUNHA

- representante da Santa Izabel no Congresso Republicano de 1883.
- fundador do club republicano de Bagé.

(3) Alguns nomes listados fogem ao critério antes mencionados, isto se deve ao fato de que um pequeno número de republicanos mesmo não atuando diretamente na organização do PRR, teve grande importância como propagandistas das idéias do Partido.

3 - ALCIDES LIMA

- fundador do Club republicano de Bagé
- fundador do Club republicano de Santana do Livramento
- Candidato do PRR à Câmara de Deputados em 1884
- deputado do PRR na Constituinte Federal de 1891

4 - ALENCASTRO CARNEIRA DA FONTOURA

- deputado da Constituinte Estadual em 1891

5 - ALEXANDRE CASSIANO DO NASCIMENTO

- propagandista da república em cidades e vilas da campanha gaúcha
- organizador do PRR em Pelotas
- deputado do PRR à Constituinte Federal
- candidato pelo PRR à Assembléia Provincial em 1884

6 - ALFREDO CLEMENTE PINTO

- deputado da Constituinte Estadual de 1891

7 - ALVARO BATISTA

- deputado da Constituinte Estadual de 1891

8 - ALVARO CHAVES

- representante de Pelotas no Congresso Republicano de 1885
- fundador do PR pelotense e PR Rio-grandense
- redator da Federação

9 - ANTÃO DE FARIA

- representante de São Sepé no Congresso republicano de 1883
- membro da comissão que deveria redigir o projeto do programa do PRR em 1883
- membro da comissão executiva do PRR eleita em 1883
- candidato à Assembléia Provincial pelo PRR em 1882
- representante de São Sepé no Congresso Republicano de 1885
- deputado da Constituinte Federal de 1891

10 - ANTONIO ADOLFO MENNA BARRETO

- deputado da Constituinte Federal de 1891

11 - ANTONIO ANTUNES RIBA

- propagandista da república e da abolição em Cruz Alta
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

12 - ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS

- deputado da Constituinte Federal de 1891

13 - ANTONIO PEDRO CAMINHA

- representante de Santa Izabel no Congresso Republicano de 1885
- membro da mesa diretora do Congresso Republicano de 85.

14 - ANTONIO SOARES DE BARCELOS

- deputado da Constituinte Estadual de 1891

15 - APARICIO MARIENSE

- vereador pelo PR em Sao Borja
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

16 - APELLES DE PORTO ALEGRE

- signatário da circular de convocação da I Convenção republicana - 1881

17 - APOLINARIO PORTO ALEGRE

- membro da comissão executiva do partido eleita na convenção republicana de 1881
- representante de Camaquã no Congresso Republicano de 1883
- membro da comissão executiva do Partido Republicano eleita em 1885
- candidato do PRR à Câmara de deputados em 1885
- candidato do PRR à Assembléia Provincial em 1885

18 - AUGUSTO UFLACKER

- representante de Santo Ângelo no Congresso Republicano de 1883
- gerente da "Federação" em 1883, no Congresso Republicano.

19 - AURELIANO PINTO BARBOSA

- deputado da Constituinte estadual de 1891

20 - CÂNDIDO MACHADO

- propagandista republicano

21 - CÂNDIDO PACHECO DE MORAES DE CASTRO JR.

- gerente do jornal "Federação"
- participante do encontro da Fazenda Reserva em 1889

22 - CARLOS BARBOSA GONÇALVES

- candidato às eleições provinciais pelo PRR em 1882
- candidato à Câmara dos Deputados pelo PRR em 1884
- deputado da Constituinte Estadual em 1891

23 - CARLOS THOMPSON FLORES

- deputado da Constituinte Federal de 1891

24 - DEMÉTRIO NUNES RIBEIRO

- membro da comissão executiva eleita pela convenção republicana de 1882
- signatário da circular de convocação da I convenção republicana de 1882
- representante de Montenegro no Congresso Republicano de 1883
- membro da comissão executiva do PRR eleita em 1883
- membro da comissão encarregada de redigir As bases para o Programa dos candidatos republicanos - 1884
- membro da comissão executiva do partido em 1884
- membro da comissão executiva do PRR de 1885
- membro da comissão executiva de 1887

- deputado da Assembléia Constituinte Federal
- 25 - EDUARDO LIMA
- candidato às eleições provinciais pelo PRR em 1882
- 26 - EPAMINONDAS PIRATININO DE ALMEIDA
- deputado da Constituinte Federal de 1891
- 27 - ERNESTO ALVES
- fundador do club republicano de Rio Pardo
 - representante de Rio Pardo no Congresso Republicano de 1885
 - participante do encontro da Fazenda Reserva em 1889
 - deputado da Constituinte Federal de 1891
- 28 - EVARISTO TEIXEIRA DO AMARAL JR.
- deputado da Constituinte Estadual de 1891
 - fundador do club republicano em Palmeira das Missões
- 29 - FELICÍSSIMO DE AZEVEDO
- signatário da circular de convocação da I convenção republicana
 - presidente da comissão executiva do PRR em 1884/5
 - 1º presidente do club Republicano de Porto Alegre
 - vereador em P.Alegre pelo PRR em 1887

- 30 - FERNANDO LUÍS OSÓRIO
- deputado da Constituinte Estadual de 1891
 - presidente da União Republicana de Pelotas 1889
- 31 - FERNANDO ABBOTT
- participou do encontro da Fazenda Reserva em 1889
 - fundador do club Republicano em São Gabriel
- 32 - FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO
- integrante do club Republicano de São Borja
 - deputado da Constituinte Estadual de 1891
- 33 - FRANCISCO DE PAULA ALENCASTRO
- deputado da Constituinte Estadual de 1891
- 34 - GERMANO HASLOCHER
- representante de Jaguarão no Congresso Republicano de 1885
 - orador do club Republicano de Rio Grande
- 35 - GERVASIO ALVES PEREIRA
- membro do PR de Pelotas
 - deputado da Constituinte Estadual de 1891
- 36 - GERVASIO LUCAS ANNES
- deputado da Constituinte Estadual de 1891
- 37 - GONÇALO HENRIQUE DE CARVALHO
- signatário da circular de convocação da 1ª Convenção republicana - 1881

38 - HENRIQUE MARTINS CHAVES

- representante de Jaguarão no Congresso republicano de 1883
- fundador do club Republicano XX de Setembro de Pelotas

39 - HOMERO BATISTA

- compareceu ao encontro da Fazenda Reserva de 1889
- deputado da Constituinte Federal de 1891
- fundador de S. Borja do jornal "Municípios e o Movimento", dedicado à propaganda Republicana

40 - JOÃO ABBOTT

- fundador do club republicano de São Vicente
- membro da comissão executiva do PRR de 1884/5
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

41 - JOÃO BARROS CASSAL

- redator da Federação

42 - JOÃO JOSÉ PAROBÉ

- signatário, como estudante, em São Paulo, do Manifesto Republicano de Itú - 1870
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

43 - JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO

- representante de Quarai no Congresso Republicano de 1885

44 - JOAQUIM ANTONIO DA SILVEIRA

- participou do encontro da Fazenda Reserva
- fundador do PR de Alegrete

45 - JOAQUIM FRANCISCO DE ABREU

- deputado da Constituinte Federal

46 - JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL

- representante de São Vicente no Congresso Republicano de 1883
- membro da comissão encarregada de elaborar o projeto do programa republicano de 1883
- representante de São Vicente no Congresso Republicano de 1885
- candidato do PR à câmara de Deputados em 1885
- candidato à Assembléia Provincial em 1885
- participou do Encontro da Fazenda Reserva em 1889
- deputado da Constituinte Federal de 1891

47 - JOAQUIM PEREIRA DA COSTA

- membro da comissão que redigiu o projeto de imprensa do PRR
- candidato à Assembléia Provincial em 1884 pelo PRR
- deputado da Constituinte Federal de 1891

48 - JORGE REIS

- representante de Bagé no congresso republicano de 1883

- membro da presidência do Congresso republicano de 1883

49 - JÚLIO DE CASTILHOS

- representante de São Martinho no Congresso Republicano de 1883
- membro da comissão que redigiu o projeto da imprensa republicana - 1883
- membro da comissão que redigiu o projeto do programa partidário - 1883
- membro da comissão executiva do partido em 1883/4
- membro da comissão executiva do partido em 1884/5
- membro da comissão encarregada de redigir as Bases da propaganda dos candidatos republicanos
- representante de Porto Alegre no Congresso Republicano de 1885
- membro da comissão executiva do partido em 1885/6
- candidato do PRR às eleições provinciais de 1884
- membro da comissão executiva do partido em 1887/8
- participante do encontro da Fazenda Reserva
- deputado da Constituinte Federal de 1891

50 - JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO

- representante de São Borja no Congresso Republicano de 1883
- participante do encontro da Fazenda Reserva
- senador da Constituinte Federal de 1891

51 - JULIO FROTA

- senador da Constituinte Federal de 1891

52 - LIBIO VINHAS

- fundador do Club Republicano de Bagé
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

53 - LUIS CARLOS MASSOT

- organizador do PR de Pelotas
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

54 - ISMAEL SIMÕES LOPES

- propagandista republicano do interior do Estado
- deputado da Constituinte Estadual de 1891

55 - LUÍS ENGLERT

- deputado da Constituinte Estadual de 1891

56 - LUIS LESSEIGNEUR

- signatário da circular de convocação da I Convenção republicana - 1881
- membro da comissão executiva eleita em 1882
- representante de Porto Alegre no Congresso Republicano de 1883

- representante de Caçapava no Congresso Republicano de 1885

- 57 - MANUEL DA CUNHA VASCONCELOS
 - participante do encontro da Fazenda Reserva

- 58 - MANUEL LUIS DA ROCHA OSÓRIO
 - deputado da Constituinte Federal de 1891

- 59 - MANUEL VICENTE DO AMARAL
 - propagandista republicano do interior
 - deputado da Constituinte Estadual de 1891

- 60 - MARÇAL ESCOBAR
 - representante de Pelotas no Congresso Republicano de 1883
 - candidato às eleições provinciais de 1882 pelo PRR
 - deputado da Constituinte Estadual de 1891

- 61 - POSSIDONIO DA CUNHA
 - participante do Encontro da Fazenda Reserva
 - deputado da Constituinte Estadual de 1891
 - organizador do PR de Pelotas, presidente da Comissão Executiva

- 62 - PROTÁSIO ALVES
 - propagandista republicano
 - deputado da Constituinte Estadual de 1891

63 - RAMIRO BARCELOS

- signatário da circular de convocação da I Convenção Republicana
- membro da comissão executiva eleita em 1882
- representante de Caçapava no Congresso Republicano de 1883
- candidato às eleições provinciais de 1882
- membro da comissão executiva eleita em 1883
- membro da comissão executiva eleita em 1884
- representante de Bagé no Congresso Republicano de 1885
- membro da comissão encarregada de redigir as bases para a propaganda dos candidatos republicanos
- candidato à Câmara de Deputados pelo PRR em 1884
- membro da comissão executiva do PRR em 1887
- senador da Constituinte Federal de 1891

64 - RIVADÁVIA CORRÊA

- representante de Rosário no Congresso Republicano de 1885

65 - SALVADOR PINHEIRO MACHADO

- participante do encontro da Fazenda Reserva em 1889
- propagandista republicano em todo o interior do estado

66 - SEBASTIÃO PEREIRA DE BARROS

- representante de Santa Maria no Congresso

Republicano de 1891

- participante da comissão que redigiu o projeto de imprensa partidária
- membro da presidência do Congresso Republicano de 1883
- membro da comissão executiva do PRR 1884/1885
- representante de Cruz Alta no Congresso Republicano de 1885

67 - THOMAS FLORES

- deputado da Constituinte Federal de 1891

68 - TITO PRATES DA SILVA

- dirigente do jornal republicano "O Precursor" em São Gabriel

69 - VASCO PINTO BANDEIRA

- propagandista republicano na região de Jaguarão

70 - VENÂNCIO AIRES

- representante de Palmeira das Missões no congresso republicano de 1883
- candidato às eleições provinciais de 1883
- candidato à Câmara de Deputados pelo PRR em 1884
- redator da Federação

71 - VITORINO CARNEIRO MONTEIRO

- participante do encontro da Fazenda Reserva em 1889
- deputado da Constituinte Federal de 1891.

O estudo deste grupo será feito a partir de uma série de itens que, em seu conjunto, possibilitará traçar um perfil destes republicanos. Analisaremos o grupo levando em conta as seguintes variáveis: local de nascimento, faixa etária, grau de instrução, atividades profissionais, atividades políticas no período da propaganda, adesão ao positivismo, situação sócio-econômica.

Com este objetivo, levantamos dados sobre os mesmos na bibliografia disponível sobre o Rio Grande do Sul; entrevistamos pessoas que, por parentesco ou atividade política, conheceram estes republicanos e pesquisamos nos inventários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Procuramos, na medida do possível, comparar cada um dos dados, utilizando diversas fontes, tarefa bastante difícil pela escassez deste tipo de informação. Esta dificuldade, fez com que tivéssemos de eliminar alguns nomes da lista, pois esgotadas todas as fontes, não encontramos nenhum tipo de dado.

Quanto aos inventários, como já tivemos oportunidade de observar anteriormente, trabalhamos com todos os documentos disponíveis. (4) Nosso objetivo ao analisá-los foi o de perce

(4) Encontramos no acervo do Arquivo Público do RS, os seguintes inventários do grupo republicano em estudo: Ismael Simões Lopes; João José Pereira Parobé; Eduardo Lima; Aparício Mariense; Gervásio Alves Pereira; Apeles Porto Alegre; Antonio Pedro Caminha; Henrique Martins Chaves; Libio Vinha; Julio de Castilhos; Ernesto Alves; Cândido Pacheco Moraes de Castro Junior; Manuel Luis Osório; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Luis Lesseigneur; Joaquim Antonio da Silveira; Augusto Uflaker Cândido Machado; Sebastião Pereira de Barros; Ramiro Forte de Barcelos; Luis Englert; Joaquim Pereira da Costa; Apolinário Porto Alegre; Joaquim Antonio Ribas; Marçal Escobar; Antão de Faria; Francisco de Paula Alencastro; Alice Menna Barreto Prates da Silva (esposa de Tito Prates da Silva); Germano Haslocher; Jonatas Abbott (pai de João e Fernando Abbott). (VIDE DESCRIÇÃO DOS INVENTÁRIOS EM ANEXO).

ber a situação econômica dos integrantes do grupo, procurando, também, sempre que foi possível, confrontar estes dados com os existentes na bibliografia, com o objetivo de observarmos se não tinha havido uma mudança significativa na situação econômica no decorrer da vida destes homens.

Com esses controles e limitações, fizemos análise das variáveis acima citadas, procurando em cada uma delas extrair as características peculiares ao grupo.

1 - Local de nascimento:

A partir da caracterização da campanha gaúcha, como sendo uma região dominada pelo Partido Liberal Monárquico e, posteriormente, pelo Partido Federalista, muitos autores tendem a identificar o PRR como sendo o partido da região do planalto ao norte do Estado por oposição a zona da Campanha. Levine, por exemplo, ao caracterizar a Primeira República, afirmou que "antes a maioria dos líderes políticos proviera da Campanha, agora um número cada vez maior procedia da Serra, incluindo Castilhos" (5)

Quando procedemos a identificação da origem do grupo fundador do PRR, nossa preocupação foi de trazer a questão da divisão geográfica da política riograndense para um período anterior, com o objetivo de saber se os líderes do partido se originaram em sua maioria a partir de uma região ou se esta característica se incorporou ao PRR após a tomada de poder, no decorrer da Primeira República.

(5) LEVINE, Robert. Op. cit. p. 111

O quadro abaixo, deixa claro uma distribuição bastante diversificada do local de nascimento, não se verificando nenhum tipo de concentração na região da Serra, tradicionalmente identificada como PRR.

TABELA 6

LOCAL DE NASCIMENTO DO GRUPO REPUBLICANO SELECIONADO (6)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE NASCIMENTOS
Pelotas	9
Porto Alegre	5
Alegrete	5
Cruz Alta	4
São Gabriel	4
Rio Grande	4
São Borja	3
Bagé	3
Cachoeira do Sul	3
Rio Pardo	2
São Sepé	1
Itaqui	1
Palmeira das Missões	1
Uruguaiana	1
Santa Cruz do Sul	1
São José do Norte	1
Vila Rica	1
São Leopoldo	1
Dom Pedrito	1
Sta. Vitória do Palmar	1
Livramento	1
Caçapava	1
Rio Grande	1
São Miguel (SC)	1
Itapetininga (SP)	1
	<u>57</u>

(6) Os dados referentes ao local de nascimento foram basicamente retirados de fontes bibliográficas, assim como a grande maioria dos dados não referentes a situação sócio-econômica. Vide referências bibliográficas.

Para uma melhor caracterização dos nascimentos por regiões, elaboramos dois quadros: no primeiro encontram-se reunidas as cidades da Campanha e do litoral sul, que juntas formavam a região mais tradicional e rica do Rio Grande do Sul (7) e o segundo reúne os municípios das Missões, Planalto e Serra Colonial, região de ocupação mais recente e economicamente mais pobre.

-
- (7) Analisamos as regiões de nascimento, a partir da divisão do estado em duas grandes regiões: sul/norte, pois na segunda metade do século XIX, época dos nascimentos, o RGS apresentava um panorama bem distinto entre estas duas grandes divisões. Observando o censo de 1872, veremos que das 23 cidades recenseadas, entre as dez primeiras encontramos, Porto Alegre (1); St. Antônio da Patrulha (2); Pelotas (3); Rio Grande (4); São Leopoldo (5); Rio Pardo (6); Cruz Alta (7); Taquary (8); S. Sepé (9); Alegrete (10). Portanto entre as dez primeiras 6 estão na região sul; uma é a capital; outra é a colônia alemã do Vale do Rio do Sinos e outras duas estão na metade norte do RGS, sendo que Rio Pardo está localizada na região central intermediária entre as duas grandes divisões. Os outros quatorze municípios estão assim classificados: São Gabriel (11); Cachoeira (12); Triunfo (13); Cangussú (14); Livramento (15); Conceição do Arroio (16); Encruzilhada (17); Santa Maria (18); Jaguarão (19); Piratini (20); Itaqui (21); São José do Norte (22); São Borja (23). Parece, a partir dos dados, indiscutível que há um RGS, mais rico e urbanizado no sul, consequência da pecuária e do charque e um mais pobre ao norte caracterizado pela escassez de municípios. Exemplo típico são os municípios de Itaqui e São Borja, na região das Missões, que sendo tradicionais naquela parte da província tinham uma população muito pequena; o primeiro contava com 6422 e o segundo com 3267 hab. - Para maiores esclarecimentos a respeito da situação das diversas regiões e seus respectivos municípios, vide cap. I, deste trabalho.

TABELA 7

LOCAL DE NASCIMENTO DOS REPUBLICANOS DAS REGIÕES
TRADICIONAIS

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE NASCIMENTOS
Pelotas	9
Alegrete	5
São Gabriel	4
Rio Grande	4
Bagé	5
Uruguaiana	1
Livramento	1
Dom Pedrito	1
Caçapava	1
São Sepê	1
São José do Norte	1
Sta. Vitória do Palmar	1
	<hr/>
	32

A primeira constatação importante que devemos fazer é a do elevado número de nascimentos na região sul, onde no decorrer da Primeira República foi grande a oposição ao PRR. Em segundo lugar é significativo que o maior número de nascimentos tenha ocorrido nas cidades mais importantes, como Pelotas, Alegrete, São Gabriel, Bagé.

O quadro abaixo demonstra que a distribuição dos nascimentos no norte do Rio Grande do Sul é relativamente menor que os das regiões tradicionais do sul.

TABELA 8

LOCAL DE NASCIMENTO DOS REPUBLICANOS DA REGIÃO NORTE

MUNICÍPIO	NÚMERO DE NASCIMENTOS
Cruz Alta	4
Cachoeira do Sul	3
São Borja	3
Rio Pardo	2
Itaqui	1
Palmeira das Missões	1
Santa Cruz	1
Vila Rica	1
São Leopoldo	1
	<hr/>
	17

A partir do quadro, observamos que na zona norte do Rio Grande do Sul, os nascimentos se concentraram na região das Missões (São Borja, Itaqui, Palmeira das Missões) e nos municípios de Cruz Alta, Rio Pardo e Cachoeira do Sul. É interessante observar que a região nordeste, zona bastante pobre, não apareceu nenhum nascimento.

O conjunto de dados sobre local de nascimentos, a partir dos quais montamos os quadros acima, permite constatar que, ao contrário da idéia tradicional, de que os republicanos eram originários das regiões mais pobres do norte do estado, o que observamos é uma concentração nas regiões mais ricas do sul, e dentro destas regiões mais ricas a incidência

maior de nascimentos apareceram em municípios como Pelotas, Alegrete, São Gabriel, Rio Grande e Bagé, que eram os maiores e mais ricos do sul. Em relação a nascimentos da parte norte do estado, também se verifica maior incidência em cidades mais tradicionais.

2 - Faixa etária.

Os fundadores do PRR se caracterizaram, quanto à idade, por ser um grupo jovem, sendo que a grande maioria chegou a 1889 com menos de 40 anos.

TABELA 9
FAIXA ETÁRIA DO GRUPO REPUBLICANO
EM 1889 (8)

IDADE	Nº ABSOLUTO
20 - 25	2
26 - 30	16
31 - 35	6
36 - 40	11
41 - 45	5
46 - 50	3
+ de 50	4
	<hr/> 47

(8) As idades foram consideradas tendo como referência o ano de 1889, porque a época de adesão ao partido foi muito variada.

A juventude do grupo é surpreendente e mesmo com os dados incompletos, ela é incontestável. Trinta e cinco participantes do PRR tinham menos de 40 anos em 1889, sendo que mais da metade destes estavam entre 20 e 30 anos. (9)

O conjunto de dados sobre a idade dos integrantes do PRR no período de sua fundação é revelador de que a propaganda republicana, organizada como partido no Rio Grande do Sul, foi um fenômeno de geração e portanto desligada dos velhos compromissos políticos monárquicos. Estes dados reforçam a nossa hipótese de que a fundação do PRR e sua posterior organização não esteve associada a dissidências de lideranças no interior de partidos monárquicos.

A juventude do grupo republicano, constituiu-se num aspecto muito significativo. No perfil que estamos esboçando o primeiro fator a ela associado - descompromisso com idéias monárquicas - permite levantar algumas questões importantes para a compreensão do PRR. Em primeiro lugar poder-se-ia considerar o movimento como uma forma juvenil de contestação à ordem vigente. Nos parece, entretanto, que o grupo não pode ser assim caracterizado. A idéia republicana não foi um exercício político de jovens estudantes, mas um ideal político que foi colocado em prática num partido, com características ideológicas bem delineadas e com uma organização capaz de o impor den

(9) "Foi depois que da Academia de São Paulo saíram os Srs. Assis Brasil, Júlio de Castilhos e outros bravos moços, que ali constituiu-se o Partido Republicano, a ponto de fazer deputados provinciais, e manter um excelente órgão de doutrina republicana e partidária. A Federação ..." - SILVA JARDIM. Gazeta de Notícias, Rio, 13/11/1889. in: SILVA JARDIM, Antônio. Propaganda Republicana, Rio, Rec, 1978, p. 441.

tro do regime monárquico e de dominar a política gaúcha por um longo período na Primeira República.

Não considerando, o grupo republicano e o próprio PRR como um simples movimento contestatório, inerente a condição de jovem dos participantes somos levados a entender a juventude do grupo como um aspecto importante a considerar, na medida em que ela é reveladora da existência de posições políticas independentes das defendidas pelo grupo dominante gaúcho, estreitamente ligados aos partidos monárquicos, principalmente ao Partido Liberal.

3 - Nível de instrução.

As informações sobre o nível de instruções dos componentes do grupo estudado revelam-se fundamentais para a caracterização do grupo republicano. O número de informações coletadas sobre este aspecto atingem 61 casos entre os quais 45 referem-se a republicanos com instrução de nível superior, não estando computadas entre estas a carreira de militar, salvo quando resulta de curso superior.

O fato de praticamente 3/4 do grupo ter realizado estudos em academias ou escolas de nível superior, fez dos membros do PRR uma elite intelectual, pois a inexistência de cursos deste nível no Rio Grande do Sul e a escassez destas no resto do país fazia do profissional com instrução formal um elemento muito raro na província. Sérgio da Costa Franco reforça a idéia ao observar que "O estado não contava com um único estabelecimento de ensino superior e o número de graduados de todas as profissões liberais era insignificante". (10)

(10) FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 106.

A presença do grande número de profissionais graduados em escola superior nas fileiras do partido, se de um lado já é significativa por si mesma, de outro, este dado aumenta de importância no contexto, quando se observa as instituições onde estes estudos foram realizados.

TABELA 10

LOCAL ONDE FORAM REALIZADOS OS ESTUDOS SUPERIORES

INSTITUIÇÃO	Nº
Academia de Direito de S. Paulo(11)	27
Escola Politécnica do R. de Janeiro	2
Academia de Direito de Recife	2
Fac. de Medicina do RJ	4
Escola Militar do Br.	3
Escolas no exterior	2

As informações do quadro revelam que apenas dois integrantes do grupo realizaram estudos no exterior, e que houve um grande número que frequentou a Academia de Direito de São Paulo (12) que, na época, era o mais importante estabelecimento de ensino superior do Brasil, estando localizado num cen-

(11) Formaram-se na Academia de Direito de São Paulo: Adolfo Osório; Alcides Lima; Álvaro Chaves; Antônio Antunes Ribas; Apolinário Porto Alegre; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Borges de Medeiros; Carlos Thompson Flores; Cassiano do Nascimento; Eduardo Lima; Epaminondas Piratini no de Almeida; Ernesto Alves; Fernando Luís Osório, Germano Hasslocher; Henrique Martins Chaves; Homero Batista; Joaquim Antônio Ribeiro; Joaquim Pereira da Costa; Júlio Prates de Castilhos; Marçal Escobar; Manuel Vicente do Amaral; José Gomes Pinheiro Machado; Possidônio da Cunha; Rivadavia Corrêa; Tito Prates da Silva; Venâncio Aires; Vitorino José Ribeiro Carneiro Monteiro.

(12) Os dados sobre a Academia de Direito de São Paulo, foram retirados de: VANPRE, Spencer. Memórias para a História da Academia de São Paulo. INL, CFC, MEC. 2ª edição.

tro de grande efervescência política onde a propaganda republicana teve grande desenvolvimento. O papel da Academia de Direito de São Paulo, se reforça na formação do grupo republicano gaúcho, quando se observa que praticamente todos os que lá estudaram, o fizeram praticamente na mesma época.

TABELA 11

ÉPOCA DE FORMATURA DO GRUPO REPUBLICANO GAÚCHO NA ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO.

ANOS	Nº DE FORMANDOS
1860 - 65	2
1866 - 70	3
1871 - 75	1
1876 - 80	4
1881 - 85	13
1886 - 90	3

O número significativamente alto de membros do grupo em questão que realizaram estudos na Academia de Direito de São Paulo e o fato de todos eles a terem frequentado na mesma época, nos leva a fazer algumas observações sobre a instituição no período, no intuito de percebermos que influência teve a Academia sobre a formação política dos republicanos gaúchos.

A Academia de São Paulo constituiu-se nas últimas décadas do século XIX num dos mais importantes centros de cultura do país. Rivalizava com a Academia paulista, a Faculdade de Direito de Recife que, apesar de ter muito prestígio, tinha

por sua própria localização, um caráter regional, ao contrário da escola do Largo do São Francisco, que reunia estudantes de todo o país. (13)

Spencer Vampré em seu livro sobre a Academia de Direito de São Paulo, quando descreveu o pensamento dos professores e as atividades extra-curriculares dos alunos, não deixa transparecer qualquer tipo de posicionamento político ou filosófico homogêneo da instituição; ao contrário, transparece a idéia que a orientação dos professores da Academia se caracterizava por ser bastante eclética.

Encontramos, no referido trabalho, algumas biografias significativas a respeito do pensamento filosófico e das atividades políticas dos professores da Faculdade nas últimas duas décadas da Monarquia: Dutra Rodrigues - conselheiro da Monarquia e membro do Partido Liberal; José Rubino Oliveira - pensador católico; Vicente Mamede Freitas - membro do Partido Liberal, e deputado da Província de São Paulo; José Pereira Monteiro - deputado da Constituinte Republicana de 91; Américo Brasiliense - deputado pelo Partido Liberal, tornou-se republicano e colaborou com uma publicação de influência positivista; Brasílio Augusto - membro do Partido Liberal e presidente da Província do Paraná; Brasílio Rodrigues dos Santos - propagandista republicano e senador na Constituinte de 91.

(13) Verificando as listas anuais de formandos da Academia da época, encontramos nomes que tiveram destacado papel na vida política e cultural do país: José Leopoldo de Bulhões Júnior - Ministro da Fazenda de Rodrigues Alves; Raul Pompéia; Júlio Mesquita; Alberto Torres; José Campos - presidente do Estado de S. Paulo; Venceslau Brás; Delfim Moreira; Júlio de Castilhos e Assis Brasil entre outros.

Sem pretendermos fazer nenhum tipo de levantamento a respeito do posicionamento político-filosófico dos professores da Academia e com base apenas nos dados acima, percebe-se que o corpo docente não se caracterizou por um tipo específico de posição filosófica ou política, mas ao contrário havia as mais variadas tendências entre seus componentes.

Em relação aos estudantes, encontramos uma intensa atividade cultural e política que se desenvolvia paralelamente ao currículo do curso. Entre os anos de 1873-1889 encontramos 42 publicações de responsabilidade dos acadêmicos, algumas de duração efêmera, outras com muita importância no decorrer do período. Estas publicações podem ser classificadas da seguinte forma: 11 trataram de assuntos ligados às Ciências Jurídicas; 2 eram panfletos humanísticos; 1 representava o pensamento católico; 7 se dedicavam a literatura; 19 eram de propaganda política dentre as quais 11 faziam propaganda republicana e apenas 4 eram monarquistas. O jornal "A República" foi considerado no ano de 1884 a mais importante publicação da Academia.

A Academia de Direito de São Paulo refletia as diversas tendências políticas e filosóficas da época. Percebe-se que entre seus integrantes, quer professores, quer estudantes, havia uma grande atividade política e que esta influenciou de maneira decisiva o grupo gaúcho que lá estudou nas últimas décadas do Século XIX.

Ainda cabe acrescentar que foi durante a permanência do grupo gaúcho em São Paulo, que este tomou contato com a filosofia positivista, muito divulgada na época. Renato Costa, em artigo no Correio do Povo intitulado "O Projeto de Constitui-

ção do Apostolado Positivista e Júlio de Castilhos" refere-se ao fato ao comentar a iniciação positivista de Castilhos:

"... Júlio de Castilhos, muito antes da criação da Igreja Positivista no Rio de Janeiro, já havia lido e meditado as obras do fundador da Sociologia Positivista, em 1879, quando no jornal acadêmico 'A Evolução', de que era um dos redatores, em São Paulo, com os quintanistas de Direito, os srs. Assis Brasil e F. Pereira da Costa, propagava as idéias de Comte, e as comentava, em lúcidas e impressionantes editoriais."(14)

Portanto, a Academia de Direito de São Paulo oportunizou ao grupo uma intensa atividade cultural e política, em um ambiente onde a propaganda republicana era intensa e as correntes filosóficas da época amplamente discutidas. A adesão ao positivismo por um significativo número de gaúchos que passou pela Academia, não pode ser explicado pelo fato de ter frequentado esta escola, pois nada a identificava como comprometida com a doutrina. Entretanto, foi durante os anos de estudo em São Paulo que os acadêmicos gaúchos entraram em contato com a filosofia francesa. Sérgio da Costa Franco, coloca com muita propriedade o ambiente encontrado pelos estudantes, quando se referia ao ingresso de Júlio de Castilhos na Academia:

"Quando Júlio de Castilhos entrou para a Academia de Direito de São Paulo, em 1877 num período de ebulição ideológico marcada pela influência do materialismo filosófico, que na Europa ganhava corpo, quando no Brasil já se divulgava Darwin, Augusto Comte, Lithe e Spencer, os lentes da Academia, em sua maior parte, ainda aderiam às velhas concepções

(14) COSTA, Renato. O Projeto de Constituição do Apostolado Positivista e Júlio de Castilhos. Correio do Povo. Porto Alegre. 22 de outubro de 1966, p. 2.

providencialistas e jus-naturalistas e se mostravam arredios as lições da ciência moderna.

Entre os estudantes, as idéias do materialismo vulgar e do positivismo já repercutiam com intensidade. O reformismo social e político estava na ordem do dia." (15)

Além da Academia de Direito de São Paulo, outra instituição frequentada por membros do grupo republicano gaúcho que teve grande importância na época foi a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que ao contrário da escola paulista foi um dos maiores centros de divulgação do positivismo. Apesar de a penas Demétrio Ribeiro e Antão de Faria terem frequentado a Politécnica, a estreita ligação dos dois com o positivismo e sua posição destacada dentro do partido justifica a inclusão desta instituição como significativa na formação do grupo republicano.

4 - Atividades profissionais.

O item anterior apontou para o fato do grupo republicano em estudo, ter tido uma formação intelectual e profissional privilegiada para a época. Neste momento a questão que nos propomos é a de saber se o grupo exerceu a profissão, e, se o fez, em que condições.

Pelas diversas biografias analisadas, constatamos que a grande maioria do grupo, que estudou em São Paulo e no Rio de Janeiro, ao voltar para o Rio Grande do Sul, começou a exer-

(15) FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 16.

(16) "Na escola Central, posteriormente transformada em Politécnica, intensa foi a penetração do Positivismo." LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1967, p. 264.

cer, quase que imediatamente suas profissões, distribuindo-se pelas cidades do interior e, em muitos casos, retornando às suas cidades de origem.

As atividades profissionais eminentemente urbanas exercidas por estes jovens, conjugadas com o fato de grande número deles terem se estabelecido no interior do estado (17) são dados muito importantes na caracterização da propaganda republicana e nos possibilita observar o seu processo de interiorização. Se de um lado o grupo que se estabeleceu em cidades do interior foi em grande parte responsável pela criação de clubes e núcleos nas respectivas cidades, esta atividade política tinha um caráter eminentemente urbano. Excluindo o grupo de profissionais liberais, cabe mencionar que todos os comerciantes que participaram do PRR e que estão na listagem anteriormente apresentada, tinham seus negócios na Capital do estado. (18)

5 - Atividades políticas no período de propaganda.

O ponto de partida para a elaboração da listagem do grupo que está sendo examinado neste trabalho foi a atividade po

(17) Entre os médicos encontramos: Alvaro Batista em S. Borja; Cândido Machado em Cruz Alta; Carlos Barbosa em Jaguarão; Fernando Abbott em São Gabriel; Gervasio Alves Pereira em Pelotas e Bagé; João Abbott em São Gabriel. Entre os advogados, tinham banca no interior: Alcides Lima em Pelotas; Alvaro Chaves em Pelotas; Borges de Medeiros em Cachoeira; Fernando Luís Osório em Pelotas; Home-ro Batista em São Borja; Tito Prates da Silva em São Gabriel; Venâncio Aires em Cruz Alta e Santo Ângelo; Vitorino Carneiro Monteiro em Alegrete.

(18) Comerciantes de Porto Alegre: Antônio Soares Barcelos; Gonçalo H. de Carvalho; Luis Lesseigneur; Sebastião Pereira de Barros.

lítica no período de propaganda, torna-se, portanto, desnecessário justificar a relevância do papel político dos nomes selecionados, no entanto alguns aspectos da atividade política do grupo merecem referências específicas.

Um dos aspectos importantes a ser considerado é a vida política progressa dos republicanos. Era mínimo o número de elementos oriundos dos partidos monárquicos na composição do grupo em estudo. O Partido Republicano Rio-grandense não se originou de dissidências do Partido Liberal ou Conservador, mas, como já foi referido anteriormente, formou-se a partir de um grupo muito jovem, que foi socializado politicamente fora do Estado e portanto na sua grande maioria sem participação política anterior. Cabe, no entanto, observar que as vésperas a Proclamação da República, houve um significativo número de adesões ao PRR, de antigos monarquistas, embora este fato não altere o perfil estabelecido:

Ressentidos contra a Monarquia, que os repudiara, os conservadores começaram a aderir em massa ao Partido Republicano. Em 8 de julho (1889), a "Federação" estampava manifesto do Dr. Francisco da Silva Tavares, prestigioso líder conservador, dizendo que o País está fora do regime legal, dirigido por um Gabinete saído dos reposteiros do pacto de Isabel, e que ele não se sujeitava a tal estado de coisas. (19)

No Rio Grande do Sul a adesão de monarquistas à causa republicana aconteceu de maneira completamente distinta da ocorrida em São Paulo. Em primeiro lugar ela vem por parte do Partido Conservador e não do Liberal, em segundo ela é tar-

(19) FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 56

dia. Por estes dois motivos a adesão se configurou como consequência de uma conjuntura específica que esteve muito distante de uma tomada de posição anterior contra regime monárquico.

Outro aspecto, relativo à atividade política do grupo que teve destaque no período, foi o envolvimento dos republicanos com a propaganda; esta foi exercida de uma forma contínua e teve um lugar central nas preocupações do partido. Representativo foi o número de clubes e núcleos republicanos criados no RGS por membros do grupo em estudo. Completava este trabalho de propaganda maratonas feitas por alguns republicanos, que saíam por todas as regiões do Rio Grande do Sul a difundir o ideal da república. (20)

Como já observamos em capítulo anterior, o PRR procurou ao longo de sua atuação no período monárquico, organizar-se de forma coesa, integrando todos os republicanos gaúchos. Este trabalho de propaganda reforça esta idéia, principalmente se levarmos em conta a importância dos membros do partido que atuavam no interior, como se pode observar a partir dos representantes de municípios nos Congressos Republicanos. (21)

(20) Em 1883, havia clubs ou núcleos republicanos nas seguintes localidades: Porto Alegre; Rio Pardo; Cachoeira; Santa Maria; São Martinho; Cruz Alta; Palmeira das Missões; Santo Ângelo; São Luiz Gonzaga; São Borja; Itaqui; Uruguaiana; Alegrete; Livramento; São Vicente; São Gabriel; Caçapava; São Sepé; Bagé; Jaguarão; Pelotas; Cangussú; Camaquã; Santa Izabel; São João de Montenegro; Santa Cruz; Soledade; Mosaico. ROSA, Othelo. op. cit. p. 76.

(21) Congresso de 1833: Demétrio Ribeiro - Montenegro; Ramiro Barcelos - Caçapava; Antônio de Farias - São Sepé; Pinheiro Machado - São Borja; Henrique Chaves - Jaguarão; Júlio de Castilhos - São Martinho; Assis Brasil - São Vicente (continua)

6 - O positivismo.

O Partido Republicano Rio-grandense esteve estreitamente ligado a filosofia positivista, como tivemos oportunidade de observar anteriormente. Tanto as premissas básicas do programa elaborado pelo partido em sua fase de organização, como a Constituição Estadual de 1891, permitem inferir o quanto o PRR tinha na filosofia francesa, a base de sua doutrina.

A força do positivismo, como doutrina partidária, não correspondia porém ao número de republicanos realmente positivistas que estavam integrados ao PRR. Ivan Lins, em seu estudo sobre o positivismo no Brasil, elaborou uma lista dos positivistas gaúchos ao longo de um largo período de tempo. Nesta relação encontramos um número reduzido de nomes que pertenceram ao PRR no período estudado. Pouco menos de um terço do grupo, por nós estudado foi considerado positivista pelo autor. (22)

A importância do positivismo no PRR, de um lado, e o fato de apenas um terço do grupo aparecer como adepto da doutrina, de outro, não é, como poderia parecer em um primeiro momento, uma situação contraditória. Em primeiro lugar deve-se considerar que a listagem excluiu os simpatizantes, aqueles

(continuação)

Congresso de 1885: Ramiro Barcelos - Bagé; Ernesto Alves - Rio Pardo; Sebastião Pereira de Barros - Cruz Alta; Rivadávia Correa - Rosário; Luis Lesseigneur - Caçapava; Germano Hasslocher - Jaguarão. ROSA, Othelo. Op.cit. p. 80.

- (22) Positivistas gaúchos integrantes do PRR: Júlio de Castilhos; Demétrio Ribeiro; Venâncio Aires; Álvaro Baptista; Homero Baptista; Fernando Luis Osório; Joaquim Pereira da Costa; Antão de Faria; Antônio Augusto Borges de Medeiros; Júlio Frota; Vitorino Monteiro; Fernando Abbott; Evaristo Teixeira do Amaral; Rivadávia Correa; Ernesto Alves; Aparício Mariense; Alvaro Chaves; Carlos Barbosa. LINS, Ivan. Op. cit. p. 187.

elementos que mesmo sem fazer uma profissão de fé positivista aderiam a seus princípios. Em segundo lugar, analisando os nomes ligados ao positivismo, observamos que entre eles se encontravam as mais destacadas figuras do partido, como por exemplo, os presidentes do Rio Grande do Sul na Primeira República: Júlio Frota, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Carlos Barbosa.

Outro aspecto importante a ser considerado, quando se trata de caracterizar a força do positivismo dentro do PRR, é a figura de Júlio de Castilhos. Foi ele sem dúvida o mais importante positivista gaúcho da época, não só pela firmeza de seus princípios, como pela profundidade de seu conhecimento da doutrina. Por outro lado foi o grande líder do partido, exercendo sobre seus correligionários incontestável domínio. O brasilianista Joseph Love colocou a questão com bastante clareza quando afirmou:

"Os republicanos gaúchos foram gradativamente ficando sob domínio do editor do órgão partidário, Júlio de Castilhos, que possuía a qualidade especial de inspirar fanatismo em seus seguidores e ódios em seus adversários. De fato a personalidade e a ideologia de Castilhos pesaram tanto nos acontecimentos subsequentes da história do Rio Grande do Sul..." (23)

A proposta de uma sociedade nova, cientificamente organizada se adequava de uma forma muito especial aos anseios dos segmentos intelectualizados dos setores médios urbanos. Em primeiro lugar se contrapunha a ideologia dos grupos dominantes do país - o liberalismo, que servia de base ideológica a

(23) LOVE, Joseph. Op. cit. p. 35.

monarquistas e republicanos indiscriminadamente. Em segundo, era suficientemente conservadora para atrair segmentos de setores médios que estavam inseridos em uma sociedade agrária tradicional. O positivismo foi visto pelos intelectuais como uma forma de organizar uma nova sociedade, onde, se por um lado o poder econômico do grupo dominante não seria abalado, por outro não poderia mais dominar a política, pois esta seria organizada segundo conceitos científicos.

7 - Posição sócio-econômica.

O Partido Republicano Rio-grandense, como tivemos oportunidade de observar ao longo deste trabalho, se estruturou no período monárquico, com uma coesa e disciplinada organização e uma sólida base doutrinária. Tais características, nos levaram a investigação do grupo fundador no que concerne a uma série de fatores, com o objetivo de estabelecer a relação entre seus componentes e as características do partido.

Neste momento do trabalho, agregaremos aos dados até aqui analisados, um quadro da situação sócio-econômica do grupo republicano. Há uma grande incidência de elementos dos setores médios urbanos entre republicanos gaúchos, acompanhados de um número menor de representantes da burguesia urbana e da oligarquia rural.

A presença de um significativo número de elementos pertencentes aos setores urbanos médios dentro do PRR não é suficiente para caracterizar o movimento republicano gaúcho como uma resposta da "classe média" emergente aos grupos dominantes da oligarquia rural. Principalmente se atentarmos para o

fato de que o processo de urbanização experimentado pelo RGS e de resto por todo o país nos fins do século XIX, esteve intimamente relacionado ao aumento do comércio de produtos agrícolas e não a incipiente industrialização da época. (24) Portanto, a população urbana das últimas décadas da Monarquia esteve comprometida com os grupos dominantes agrários.

Em que pese a dependência da população urbana à economia agrária, o fenômeno de urbanização provocou o crescimento dos setores médios, até então muito pouco significativos, compostos de militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesões com alguma qualificação e funcionários públicos das mais diversas categorias.

É dentro destes setores médios urbanos, que identificamos a maioria do grupo republicano em estudo, o que nos leva a algumas colocações, relacionadas com o grupo em si e com a situação do Rio Grande do Sul.

Uma primeira questão a ser colocada diz respeito à origem familiar dos componentes do grupo, pois em uma época em que a urbanização era um fenômeno recente é provável que os componentes dos setores médios urbanos procedessem da oligarquia rural. Não nos detivemos, no decorrer da coleta de dados na origem familiar do grupo, no entanto, algumas informações

(24) "Até os fins do séc. XIX, a industrialização não chegou a afetar profundamente as estruturas sócio-econômicas do país, seus efeitos mais profundos se fariam sentir no século XX. O processo de urbanização do século XIX seria ainda essencialmente fruto da expansão comercial resultante da integração do país no mercado internacional e portanto sujeito às suas oscilações." COSTA, Emilia Vioti. Op. cit. p. 200.

coletadas dão idéia que esta origem estava diversificada entre o meio rural e urbano (25). A observação deste fato nos permite afirmar, mesmo que não conhecêssemos dados da situação econômica dos membros do grupo, que os republicanos gaúchos, que se concentraram nos centros urbanos, não podem ser identificados como um grupo de origem rural representavam os interesses desta aristocracia nas cidades.

Outra questão importante, quando caracterizamos o grupo republicano como pertencente em sua maioria, a setores médios urbanos é o fato de que o grupo não permeava todos estes setores, ao contrário, ele pertencia a um setor médio urbano específico - encontramos, na realidade um grupo de profissionais liberais e militares (26) que dentro destes segmentos médios

(25) Membros do grupo republicano cujos pais eram fazendeiros: Assis Brasil; Carlos Barbosa; Júlio de Castilhos; José Gomes Pinheiro Machado; Salvador Pinheiro Machado; Teixeira do Amaral.

Membros do grupo republicano cujos pais eram profissionais liberais: Borges de Medeiros; Carlos Thompson Flores; Fernando Abbott, João Abbott.

Membros do grupo cujos pais eram militares: Alencastro Carneiro da Fontoura; Cassiano do Nascimento; Ernesto Alves; Fernando Luis Osório; Francisco de Paula Alencastro, Germano Haslocher, Luis Carlos Massot.

(26) Entre os integrantes do PRR, pertencentes aos setores média-urbanos aparecem: Eduardo Lima - escritor; Apeles de Porto Alegre - professor; Cândido Machado - médico; Luis Englert - engenheiro; Apolinário Porto Alegre - professor; Francisco de Paula Alencastro - militar; J.J.Pereira Parobé - engenheiro; Ernesto Alves - advogado; Marçal Escobar - advogado; Alcides Lima - advogado; Augusto Uflaker - magistrado; Alfredo Clemente Pinto - professor; Germano Haslocher - advogado; João Abbott - médico; Fernando Abbott - médico; Joaquim Francisco Abreu - militar; Luis Carlos Massot - professor; Thomas Flores - militar; Alberto Cunha - escritor; Alencastro Carneiro da Fontoura - militar; Alvaro Batista - médico; Antônio da Fontoura Mena Barreto - militar; J. Barros Cassal - advogado; Demétrio Ribeiro - engenheiro; Homero Batista - advogado; Julio Frota - militar; Manuel Luis da Rocha Osório - militar.

urbanos, formavam uma elite, pelo seu próprio grau de instrução em uma sociedade extremamente atrasada. Esta condição especial do grupo dentro dos setores urbanos deu uma fisionomia específica ao movimento republicano, na medida em que sua identificação com anseios de participação política de "classe média" perde sentido para uma outra identificação - o PRR respondeu aos interesses de um segmento específico dos setores médios urbanos, composto de profissionais altamente qualificados, com curso universitário em sua grande maioria. Portanto, não se trata majoritariamente de segmentos de classe média baixa, como transparece na análise de Sérgio da Costa Franco, mas, ao contrário, o que parece preponderar é um segmento de classe média alta em função do contexto sócio-econômico da época.

Resta acrescentar que mesmo pertencendo a uma elite intelectual, os inventários deste grupo nos dão uma idéia das resumidas posses de seus componentes, sendo que alguns expoentes do PRR morreram sem deixar nenhum bem, e outros apenas casas e terrenos de pouco valor. (27)^f

-
- (27) * Apolinário Porto Alegre, deixou "parte de um terreno no arrabalde de Partenon. Inventário Fiscal AP do Estado do RGS;
- * Ernesto Alves deixou apenas móveis. - Inventário AP do Estado do RGS;
 - * Eduardo Lima, deixou uma casa de porta e janela. Inventário localizado no Juízo distrital do Civil e Crime de Pelotas - AP do Estado do RGS;
 - * Augusto Uflacker, faleceu sem deixar nenhum bem. Inventário localizado no Cartório de Órgão da cidade de Santa Maria - AP do estado do RGS;
 - * Apeles de Porto Alegre, deixou 4 casas, 1 terreno, 1 prédio rural e algumas ações. Inventário AP do Estado do RGS;
 - * Cândido Machado deixou 1 casa, 1 terreno e uma pequena fração de campo. Inventário localizado no Cartório de Órfãos de Cruz Alta - AP do Estado do RGS; Luiz Englert - um sobrado na R. Voluntários da Pátria - inventário

Quanto aos integrantes do grupo, pertencentes a setores da burguesia urbana, podemos dividi-lo em dois sub-grupos: o primeiro composto de homens de posse com nível educacional superior, e o segundo de comerciantes, em sua maioria sem instrução formal de espécie alguma. No primeiro sub-grupo encontramos nomes como Possidônio da Cunha e Ramiro Barcelos, o primeiro advogado e o segundo médico que acumularam grandes fortunas em suas atividades profissionais, através de herança familiar ou através de atividades comerciais. (28). Os comerciantes, por sua vez, representaram o grupo sem instrução formal. Foram homens com muitos bens, mas que, por seu reduzido número, não são representativos do posicionamento político dos comerciantes em geral. (29)

(continuação)

Fiscal - AP do Estado do RGS; Francisco de Paula Alencastro - 2 casas, 1 terreno e algum dinheiro. Inventário localizado no Cartório, Provedoria Casamentos e Registros Cíveis de Bagé - AP do Estado do RGS.

(28) * Possidônio da Cunha - "incorporador da Companhia Predial e Agrícola, Presidente da Cia. Força e Luz; diretor da Cia. de seguros de Vida Previdência do Sul, e da Cia. Telefônica Rio Grandense, incorporador do Banco Comercial Brasileiro." SPALDING, Walter. "Propaganda e propagandistas republicanos do RGS". in: Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ano 1 nº 1. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1951, p. 57.

* Ramiro Frota de Barcelos: possuía inúmeros bens ligados a negócios financeiros de hipotecas, créditos e ações, possuía também um imóvel rural de pequenas proporções. Inventário localizado no AP do Estado do RGS.

(29) Comerciantes: Antonio Soares de Barcelos - comerciante respeitado, um industrial que se pôs a testa como organizador e diretor de uma das principais empresas de fornecimento de energia e luz elétrica.

Gonçalo Henrique de Carvalho "foi um dos maiores comerciantes de Porto Alegre, fundou e foi diretor da importadora comerciantes de Porto Alegre; fundou e foi diretor da importadora 'Gonçalo Henrique de Carvalho & Cia.' L'etat de Rio Grande do Sul Monte Domecq & C'Etablissement d'arts Graphique Barcelone.

(continua)

O terceiro grupo era formado de grandes proprietários rurais: encontramos 13 nomes com grandes propriedades que se distribuíam por todo o Estado. Entre eles havia fazendeiros de São Borja, Bagé, Vila Rica, Pedras Altas, Herval, Uruguaiana, Alegrete, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, São Luiz Gonzaga e Jaguarão. (30) O alto nível de instrução dos grandes proprietários rurais que aderiram ao Partido Republicano se constituiu em um aspecto bastante interessante, na medida em que era nas regiões rurais que a escassez de pessoas com profissões liberais se fazia sentir de forma mais acentuada.

A não ruptura da oligarquia rural gaúcha com a Monarquia, por questões já discutidas neste trabalho, e o alto grau de instrução dos fazendeiros que se integraram à propaganda republicana, permite inferir que a adesão de elementos esparsos deste grupo, esteve muito mais ligada a uma posição progressista assumida a partir de estudos na Academia de São Paulo e em outras escolas de ensino superior, do que a uma

(continuação)

Sebastião Pereira de Barros: ao morrer deixou os seguintes bens: 2 casas, 3 terrenos, 1 1/2 lote colonial, 80 ações do Banco do Comércio, 9 ações da Cia. Fluvial. Inventário localizado no AP do Estado do RGS.

- (30) Entre os grandes proprietários de terra encontramos:
- Aparício Mariense - 50,06 quadras de campo em São Borja
 - Gervásio Alves Pereira - 52,33 quadras de campo em Bagé
 - Júlio de Castilhos - 96,63 quadras de campo em Vila Rica.
 - J.F. de Assis Brasil - 8332 quadras de campo em Pedras Altas, Herval, Uruguaiana, Alegrete e Santa Maria.
 - Joaquim Antônio da Silveira - 132 quadras de campo.
 - Manuel Vicente do Amaral - 127 quadras de campo em Santa Vitória do Palmar.

NOTA: 1 quadra de campo 87 hec.
1 légua de campo 50 quadras

contradição entre o regime e seus interesses de classe. Os exemplos mais significativos deste tipo de adesão foram as de Júlio de Castilhos e J.F. de Assis Brasil.

Ao concluirmos a análise dos dados sobre o grupo que fundou e organizou o Partido Republicano Rio-grandense, podemos resumir o seu perfil da seguinte forma: o grupo em estudo constituiu-se de elementos muito jovens, com uma instrução formal excepcional para o contexto intelectual em que viviam, e que, em sua grande maioria, pertencia a classe média urbana. Portanto, trata-se de um grupo que não estava envolvido diretamente nos interesses do grupo dominante da Campanha ou de grupos dominantes das regiões mais pobres do norte da Província. A propaganda republicana foi feita à revelia destes segmentos da sociedade gaúcha e por isto mesmo o movimento não obedeceu aos interesses de cada uma das regiões.

b) O SUB-GRUPO DOS CONSTITUINTES FEDERAIS DE 1891

Caracterizado o grupo, que atuou no Partido Republicano Rio-grandense, como um todo, neste momento isolaremos os membros que representaram o Rio Grande do Sul no Congresso Constituinte Federal de 1891 com o objetivo de estabelecermos uma comparação entre os dois grupos.

Destacaremos os deputados e senadores do Rio Grande do Sul na Constituinte Federal, por terem sido altamente representativos do pensamento do PRR. Suas posições no decorrer dos debates, já mencionados neste trabalho, lhes deram a condição de elite. Nosso objetivo, portanto, é procurar verifi-

car se este sub-grupo de elite dentro do partido tinha características distintas do grande grupo. (31)

A partir dos dados do local de nascimento dos constituintes obtivemos o seguinte quadro:

TABELA 12

LOCAL DE NASCIMENTO DOS COMPONENTES DA BANCADA DO
RGS DA CONSTITUINTE DE 91

REGIÃO	MUNICÍPIO	Nº DE NASCI- MENTOS
SUL	Alegrete	2
	Pelotas	2
	São Gabriel	2
	São Sepê	1
	Caçapava	1
	Bagé	1
	Rio Grande	1
	D. Pedrito	1
	Cachoeira do Sul	1
NORTE	Vila Rica	1
	Rio Pardo	1
	Cruz Alta	1
	São Borja	1
SC	São Miguel	1

(31) Deputados:

Vitorino Carneiro Monteiro
Joaquim Pereira da Costa
Antão de Faria
Júlio de Castilhos
Ernesto Alves de Oliveira
A.A. Borges de Medeiros
Alcides Lima
Joaquim Francisco de Assis Brasil
Thomas Flores
Joaquim Francisco de Abreu
Homero Baptista
Manuel Luis da Rocha Osório
Alexandre Cassiano do Nascimento
Fernando Abbott
Demétrio Ribeiro
Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto

Senadores:

Julio Frota
José Gomes Pinheiro Machado
Ramiro Barcelos

Considerando a divisão anteriormente feita neste trabalho, entre a zona sul e norte do Estado, verifica-se que a grande maioria nasceu na Campanha e no litoral sul, sendo que apenas um pequeno grupo dividiu-se entre o norte do Estado, Porto Alegre e Santa Catarina. Portanto, a maior concentração de nascimentos se mantém na região sul, afastando, desta forma, a possibilidade de ter sido este grupo de elite representante de grupos dominantes do norte do Estado.

Desta forma, fica mais uma vez afastada a identificação do PRR com a região da Serra, excluindo-se a hipótese de que o grupo mais proeminente fosse majoritariamente daquela região. O argumento que Julio de Castilhos e Pinheiro Machado, dois dos mais importantes políticos gaúchos do início da Primeira República, originavam-se daquela região, não é suficiente para qualquer generalização, na medida em que estavam acompanhados na direção do partido por um largo número de políticos nascidos na região sul.

Os dados obtidos pela análise do grande grupo afastam a possibilidade em relação aos Constituintes Federais, de qualquer mudança significativa quanto a faixa etária, pois seja qual for a distribuição, permanece o padrão do grupo que se compõe de políticos muito jovens.

Observamos que o nível de instrução do grupo como um todo era extremamente alto, principalmente considerando o nível educacional preponderante na época. Ao analisarmos os Constituintes Federais esta constatação não só se confirma, como se torna mais enfática, na medida em que a totalidade deles frequentaram curso de nível superior ou passaram por escola miliu

tar. (32)

A alta incidência de militares entre os Constituintes gaúchos é um aspecto interessante na medida em que o grupo de deputados se constituiu de elementos muito atuantes no período da propaganda, o que não foi uma característica do grupo militar, pois a maioria destes não participou ativamente da propaganda republicana.

É possível que o número significativo de militares na bancada gaúcha da Constituinte Federal, deva-se ao fato do PRR ter assumido o poder em 1889 com muito pouco respaldo dos grupos dominantes da sociedade Rio-Grandense, e como consequência, teve necessidade de associar-se aos militares simpáticos à causa republicana, com o intuito de agregar ao partido elementos capazes de lhe dar o respaldo necessário para sua manutenção no poder.

Com exceção dos militares, os demais componentes da bancada gaúcha, se destacaram por ter sido os elementos mais atuantes da propaganda republicana, ocupando a quase totalidade deles, cargos de direção no PRR durante o período de sua formação.

Quanto ao envolvimento com o positivismo, o número de Constituintes adeptos da doutrina é significativamente maior em comparação com o conjunto. Mais da metade dos deputados e senadores gaúchos eram positivistas. Tal incidência é esclarecedora na medida em que caracteriza o grupo de maior importân

(32) Dos elementos com curso superior, 10 eram Bacharéis em Ciências Jurídicas; 2 engenheiros e 2 médicos.

cia dentro do PRR como o mais fortemente ligado ao positivismo.

No que concerne às condições sócio-econômicas, mantendo a tendência de todo o grupo, os Constituintes eram, em sua grande maioria, saídos dos setores médios urbanos, já que identificamos apenas quatro participantes pertencentes à burguesia urbana ou a oligarquia rural.

Em relação aos fazendeiros, nota-se a presença de duas expressivas figuras do partido - Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, que se tornaram nos primeiros tempos da República os grandes líderes da política rio-grandense. É interessante observar que estes dois constituintes eram oriundos da região do Planalto e mais, ambos eram positivistas, em contraposição a um outro fazendeiro integrante do grupo, Assis Brasil, que era originário da região sul, não era positivista e se tornou o mais importante líder do partido de oposição que tinha suas bases na oligarquia tradicional. A constatação deste fato, se por um lado não oferece evidências suficientes para o esclarecimento para a polarização política ocorrida no Rio Grande do Sul entre a região da Campanha e a do Planalto, durante a Primeira República, por outro, deve ser um dos aspectos levados em consideração quando se procura explicações para a divergência de interesses entre as duas regiões.

CONCLUSÃO

Os rumos tomados pela propaganda republicana nos anos de 1880 no Rio Grande do Sul, foram consequência de um contexto particular da província. O movimento concretizou-se em um partido com uma ideologia bem estruturada, com um grande sentido de organização e formado de elementos predominantemente oriundos da camada mais alta dos setores médios urbanos.

Ao contrário do que se sucedeu em São Paulo, as transformações sócio-econômicas ocorridas nas últimas décadas da Monarquia, não provocaram abalos suficientemente fortes, para criar condições de uma cisão no interior da oligarquia tradicional, que derivasse em um novo compromisso político. A incapacidade dos grupos dominantes, ligados à pecuária e ao xarque, em modernizar a produção, teve como consequência a conservação de suas características tradicionais e a manutenção dos laços que os ligavam à Monarquia através, predominantemente, do Partido Liberal. Dentro deste contexto a propaganda republicana, difundida a partir de São Paulo, não correspondia aos interesses, pelo menos imediatos, da oligarquia rural gaúcha. Em consequência, a iniciativa da propaganda republicana no Rio Grande do Sul foi assumida, frente a esta situação, quase que isoladamente por elementos pertencentes aos setores médios urbanos.

As transformações sócio-econômicas, ocorridas no Rio Grande do Sul, como de resto em grande parte do Brasil, ti-

nam provocado um acelerado processo de urbanização e um aumento significativo dos setores médios que começaram a procurar formas de participação política. Dentro destes setores médios urbanos, os profissionais liberais, professores, jornalistas e militares, formavam uma elite intelectual, que se integrou à propaganda republicana, vendo nela uma saída para a marginalização política em que se encontravam.

Se em algumas províncias esta camada intelectualizada se associou às frações progressistas dos grupos dominantes na luta em prol da república, no Rio Grande do Sul esta levou a termo a propaganda anti-monárquica, sem este tipo de aliança. Entendemos, que tal fato é bastante elucidativo das peculiaridades do Partido Republicano Rio-Grandense, pois o que se observa no Rio Grande do Sul foi um movimento distanciado dos interesses dos grupos dominantes, onde, inclusive, houve condições para o desenvolvimento de um aparato ideológico de características positivistas.

A variante positivista da propaganda republicana esteve sempre ligada aos intelectuais dos setores médios urbanos, incluindo entre eles os militares. No Rio Grande do Sul este grupo foi majoritário no partido, possibilitando que a filosofia de A. Comte tomasse a importância de base ideológica.

Observa-se, no entanto, que no Partido Rio-Grandense havia elementos pertencentes à burguesia e à oligarquia rural. A adesão destes ao partido no período de propaganda, deve ser vista como adesões esparsas, na medida que seu número pouco expressivo, não permite situá-los como representativos dos interesses dos grupos dominantes. A participação na propaganda

republicana destes elementos pode ser explicado, no nosso entender, pela identidade do grupo como um todo em função da homogeneidade em relação ao grau de instrução.

Não havendo cursos de nível superior no Rio Grande do Sul, a formação profissional do grupo republicano foi feita em outras províncias, principalmente em São Paulo, em sua famosa Academia de Direito. Tal circunstância proporcionou uma vivência em um dos centros de maior efervecência da propagada republicana, bem como uma ativa participação na discussão política dos estudantes da Academia. Desta forma, a primeira experiência política do grupo foi vivida fora dos limites dos conflitos regionais, provavelmente este fato colaborou para um posicionamento mais distanciado e/ou mais intelectualizado.

Se os elementos republicanos integrantes dos setores médios urbanos, tiveram um motivo concreto para a adesão à causa republicana, os integrantes da burguesia e da oligarquia rural o fizeram muito mais a partir de uma posição política intelectualizada frente a sociedade brasileira do que a interesses de classe. No que pese as diferenças, ambos os grupos pertenciam a uma elite comum de cidadãos possuidores de títulos universitários.

Outra característica que homogeneiza o grupo é a sua juventude. O fato do PRR ter sido fundado, organizado e dirigido por elementos de muito pouca idade, dá a dimensão da independência do movimento republicano rio-grandense em relação aos grupos dominantes.

Em síntese, podemos concluir que no Rio Grande do Sul, o movimento republicano no período estudado se desenvolveu fora dos interesses dominantes da oligarquia rural gaúcha e foi fortemente influenciado pela filosofia de Augusto Comte. O caráter autoritário do positivismo foi uma das causas preponderantes do surgimento de um partido disciplinado, ideologicamente coeso e altamente organizado. O PRR com este conteúdo tomou o poder em 1889, em consequência de um golpe militar. A indagação que colocaríamos, ao finalizar este trabalho, e que poderia abrir uma nova linha de investigação, é a seguinte: até que ponto os conflitos internos que o Estado do Rio Grande do Sul se viu envolvido ao longo da Primeira República não teriam sido resultado das características peculiares à ideologia e composição social do PRR? Quem sabe não se poderia cogitar que toda a crise de legitimação da República Rio-Grandense, desde a revolução de 93 ao Pacto de Pedras Altas em 23, não seria fruto desta contradição entre a classe dirigente republicana e a resistência em aceitar esta dominação política pela classe dominante tradicional mais identificada com os federalistas?

*

ANEXO I

*FICHAS CONTENDO A RELAÇÃO DOS
BENS ENCONTRADOS NOS INVENTÁ-
RIOS DOS REPUBLICANOS (30 CA-
SOS) **

* As fichas que se seguem foram elaboradas com o objetivo de padronizar as informações retiradas dos inventários. Nelas indicamos os bens imóveis, semoventes e agrupamos os demais bens, como ações e contas bancárias, em um item geral que denominamos "outros".

NOME ALICE MENA BARRETO PRATES DA SILVA ESP. TITO PRATES DA SILVA	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 casa S.Gabriel	5:500\$
20 quadras quadradas de campo (na estrada entre SG - São Sepê)	800\$
5 quadras quadradas de campo na proximidade do banhado de São Gabriel	125\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	6:425\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
Móveis	2:470\$
Jóias	1:550\$
<i>TOTAL OUTROS:</i>	4:020\$000
TOTAL	10:445.000

NOME ANTONIO PEDRO CAMINHA	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
Prédio nº 28 à R. S. Manoel	18:000\$
Prédio nº 27 à R. Cel. Genoio	24:000\$
Prédio nº 82 à Travessa 1ª de Março	14:000\$
Prédio nº 7 à Av. Teresópolis	25:000\$
1 lote de terra em Teresópolis	5:000\$
40 hec de terra na Chácara das Pedras	5:000\$
11104 hec medidos e demarcados na Fazenda do Araçá .	3:800\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	94:800\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>MOEDAS</i>	
Banco da Província	5:613\$
Banco Brasileiro Francês	36:000\$
<i>VEÍCULO</i>	
Um automóvel em mau estado	1:500\$
<i>MÓVEIS</i>	1:950\$
<i>TOTAL OUTROS:</i>	45:063\$
TOTAL	139:863

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME APARÍCIO MARIENSE	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
SÃO BORJA	
4356 hec de campos e matos com benfeitorias - 90 quadras	74:243\$000
1 data de campo e matos no município de Santiago do Boqueirão - 262 hec	1:800\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	76:043\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	76:043\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME APELES DE PORTO ALEGRE	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS P.A.</i>	
1 casa de madeira à rua 19 de Março	45:000\$
1 casa à rua Avaí nº 37	5:000\$
1 casa à rua Avaí nº 39	5:000\$
1 casebre à rua Avaí nº 63A	2:000\$
1 prédio rural 19 hec	3:800\$
1 terreno no arraial de Glória	100\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	60:900\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>AÇÕES:</i>	
3 apólices da Dívida Pública	1:500\$
10 ações da Cia. Aliança do Sul	2:000\$
12 ações da Hidráulica de P.A.	840\$
Caderneta de Depósitos Populares	503\$
<i>TOTAL OUTROS:</i>	4:843\$
TOTAL	65:743\$

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME APOLINARIO JOSÉ GOMES PORTO ALEGRE	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 terreno sito no Arrabalde do Partenon (PA) 33 x 44 metros	1:500\$
A parte que coube a Apolinário está avaliada pela quantia de	15:000\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	15:000\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	15:000\$

NOME AUGUSTO UFLACKER (AUTO DE POBREZA)	
BENS	VALOR
<p><i>IMÓVEIS</i></p> <p>"Faleceu sem deixar bens de espécie alguma"</p> <p><i>TOTAL IMÓVEIS:</i></p>	
<p><i>SEMOVENTES</i></p> <p><i>TOTAL SEMOVENTES:</i></p>	
<p><i>OUTROS</i></p> <p><i>TOTAL OUTROS:</i></p>	
TOTAL	

NOME CÂNDIDO PACHECO DE MORAES CASTRO JR.	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 terreno situado na chácara denominada "Palmeira" - N.S. de Belém (P.A.)	2:000\$000
1 parte de campo e mato sito no 79 distrito de Barra do Ribeiro	500\$000
40 terrenos situados na freguesia de Pedras Brancas.	2:000\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	4:500\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	4:500\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME EDUARDO LIMA	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i> PELOTAS 1 casa de porta e 2 janelas edificada em terreno próprio situada na Estrada Q. o Arraial vai a Boa Vista (terreno comprado em 1895)	2:000\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	2:000\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	2:000\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME FRANCISCO DE PAULA ALENCASTRO	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
<i>BAGÉ</i>	
1 casa à Rua 28 de Setembro no Arraial do Menino Deus	2:000\$000
1 casa na rua 28 de Set. no Arraial do Menino Deus (PA)	10:000\$000
1 terreno na Rua 28 de Set.	300\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	12:300\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>Dinheiro:</i>	
Aluguel da casa	120\$000
Caixa Econ. em P.A.	4:811\$300
	+
	6:351\$000
<i>Móveis</i>	2:277\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	13:559\$000
TOTAL	25:859\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME ERNESTO ALVES	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	
<i>SEMOVENTES</i>	
1 cavalo escuro	200\$000
1 égua	200\$000
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	400\$000
<i>OUTROS</i>	
Móveis	1:934\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	1:934\$000
TOTAL	2:334\$000

NOME GERVASIO ALVES PEREIRA	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
<i>PELOTAS</i>	
1 casa de moradia na Rua Gal. Osório	14:000\$000
1 terreno à rua Gen. Osório	2:400\$000
1 terreno no 1º Distrito Municipal	600\$000
1 terreno no 1º Distrito	400\$000
<i>BAGÉ</i>	
1 Fazenda denominada "Estância do Tigre", c/ feitorias, casa, alambrado, mangueiras - 4552 hec.	120:000\$000
1 terreno na cidade	200\$000
1 terreno na cidade	200\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	137:800\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
500 reses bovinas de cria	1:500\$000
2500 reses bovinas	62:500\$000
100 novilhos	5:000\$000
50 cavalos	2:000\$000
10 potros	300\$000
50 éguas e potrilhos	1:000\$000
800 ovelhas	4:000\$000
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	76:300\$000
<i>OUTROS</i>	
<i>AÇÕES:</i>	
200 ações do Banco Pelotense	32:000\$000
50 ações da Cia. Fiação e Tecidos Pelotense	8:000\$000
28 ações do Teatro 28 de Setembro de Bagé	500\$000
2 ações do Prado Pelotense	200\$000
1 ação do Clube do Comércio	260\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	40:960\$000
TOTAL	255:060\$000

NOME HENRIQUE MARTINS CHAVES	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
PELOTAS:	
1/4 da Fazenda denominada Panarzo	70:000\$000
1 chácara c/casa de moradia	3:000\$000
1 terreno ã rua Tiradentes	1:000\$000
1 casa de frente - R. Riachuelo nº 9	4:000\$000
1 casa com 4 aberturas	10:000\$000
1 casa na R. Riach. nº 19	4:000\$000
1 Armazém a R. Riach. nº 21	9:000\$000
1 Armazém c/dependências p/moradia	6:000\$000
1 cachoeira c/porta larga	3:000\$000
1/7 de um terreno ã rua Gen. Vitorino	100\$000
TOTAL IMÓVEIS	110:100\$000
<i>OUTROS</i>	
TÍTULOS:	
41 ações da Cia. Hydraulica Pelotense	8:200\$000
90 ações da Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres- Pelot.	1:800\$000
04 ações da Empresa Ferro Carril e Caes de Pel. ...	200\$000
21 ações da Associação Teatro 7 de Abril	1:400\$000
15 ações da Empresa União Telefônica	2:400\$000
10 ações da Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres- Riogr.	1:800\$000
07 ações da Cia. Hidráulica Riogr.	700\$000
25 ações da Soc. Comandatária	3:000\$000
50 ações da Soc. Carril de Ferro P.Alegrense	8:000\$000
20 ações da Cia. Hidráulica P.Alegr.	1:400\$000
15 ações da Cia. Territorial P.Alegre	600\$000
10 ações da 1a. emissão da Cia. Fiação Tecidos P.A- legre	1:500\$000
78 ações da 2a. emissão da Cia. Fiação de Tecidos P.Alegre	3:900\$000
03 apólices do Estado	200\$000
1 ação da Associação Prado Pelotense	40\$000
TOTAL OUTROS	35:140\$000
TOTAL	145:240\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME ISMAEL SIMÕES LOPES	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 casa	7:500\$000
1 terreno com casa em ruína	7:000\$000
um terreno	3:500\$000
1 terreno na cidade	13:520\$000
1 propriedade rural	50:000\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	81:520\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
73 animais	1:168\$000
21 cavalos mansos	1:120\$000
792 novilhos	39:600\$000
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	41:888\$000
<i>OUTROS</i>	
15 ações da Cia. de Gaz	20:000\$000
15 ações da Cia. Pelotense	3:000\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	23:000\$000
TOTAL	146:408\$000

NOME JOAQUIM ANTONIO ANTUNES RIBAS	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 fração de terras de campo e mato situada no 8º distrito de S. L. Gonzaga - 300 hec. (parte foi herança, parte comprado em 1920/27)	21:000\$
1 fração de terras de campo e mato - 3º distrito de S. Angelo - 50 hec. (adquirida em 1928)	3:500\$
1 casa de táboa localizada no 1º campo	200\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	28:200\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	28:200\$

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME JOAQUIM ANTONIO DA SILVEIRA	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 área de campo (herança e compra) sita à 14 quadras do 1º distrito de Alegrete (?) 132 quadras de sesmaria	79:497\$
1 estabelecimento no campo referido	3:500\$
1 estabelecimento (2º) no mesmo campo	3:000\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	85:997\$
<i>SEMOVENTES</i>	
2800 rezes chúcaras de crias	28:000\$
250 éguas avaliadas	750\$
3 potros avaliados	18:000\$
89 cavalos de comércio	400\$
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	47:150\$
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	126:233\$

NOME JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
Castelo de "Pedras Altas". Pinheiro Machado. Área: 1730000 m2 1730 hec.	322:800\$000
1 fração de campo 1358 hec Herval	190:000\$000
Estabelecimento	3:000\$000
1 fração de campo 24571148 m2 - 24571 hec. Uruguaia- na	451:300\$000
Estabelecimento	50:000\$000
1 fração de campo 69700.000 m2 - 697.005 hec. Alegre te	837:000\$000
Estabelecimento	10:000\$000
1 fração de campo 300.930 m2 - 300 hec. Sta. Maria .	4:500\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	1.868:600\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
2150 reses de crias	150:500\$000
350 reses "Devons" pura de origem	150:000\$000
115 reses de plantel Jersey e Devon	62:000\$000
250 animais cavalares	20:000\$000
4800 ovelhas	48:000\$000
50 ovelhas puras de plantel	2:500\$000
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	433:000\$000
<i>OUTROS</i>	
<i>AÇÕES</i>	
20 ações da Cia. Editora Rio Grandense	1:000\$000
<i>MÓVEIS</i>	32:000\$000
<i>BIBLIOTECA</i>	130:000\$000
<i>SALDO BANCÁRIO</i>	
Banco da Província do RGS	278:758\$000
Banco do Brasil	341:444\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	783:699\$000
TOTAL	3.085:299\$000

NOME JOAQUIM PEREIRA DA COSTA	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 prédio e respectivo terreno, à rua Gaspar Silveira Martins nº 119, na cidade de Santa Maria. (Herança do Barão de Nonohay)	1:800\$
700 hec de terra c/a denominação de Vila Francisco , 1º distrito de Tupanciretã	87:000\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	88:800\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	88:800\$

NOME JOÃO JOSÉ PEREIRA PAROBÉ	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 terreno à estrada de Belém Velho (1899)	1:000\$000
Metade do Quinhão da Estrada de Belém Velho	600\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	1:600\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>DINHEIRO:</i>	
Depósito Caixa Filial do Banco Pelotense IP.A	9:817\$900
<i>TÍTULOS:</i>	
10 ações da S.A. de Pecúlio e dotes Matrimoniais por mutualidade "A Provisoria"	1:000\$000 (81.89)
<i>DINHEIRO</i>	11:718\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	12:718\$000
TOTAL	14:318\$000

NOME JONATHAS ABBOTT (PAI DE JOÃO E FERNANDO ABBOTT)	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 sobrado em São Gabriel	3:000\$000
1 casa assobradada em S.G.	10:000\$000
1 casa em S. Gabriel	100\$000
1 casa de porta e janela /S.Gabriel	400\$000
1 casa em S.Gabriel 10 m de frente	1:200\$000
1 casa em S.Gabriel	1:200\$000
1 casa em S.Gabriel	1:400\$000
1 casa em S.Gabriel	1:000\$000
1 casa em S.Gabriel	500\$000
1 casa em S.Gabriel	3:000\$000
1 casa em S.Gabriel	800\$000
1 casa em S.Gabriel	800\$000
1 terreno de esquina em S.Gabriel	200\$000
1 casa em S.Gabriel	1:100\$000
1 casa em S.Gabriel	1:000\$000
1 casa em S.Gabriel	1:100\$000
1 casa em S.Gabriel	900\$000
1 casa em S.Gabriel	1:000\$000
1 casa em S.Gabriel	800\$000
1 casa em S.Gabriel	800\$000
1 casa em S.Gabriel	1:100\$000
1 meia água em S.Gabriel	700\$000
1 casa em S.Gabriel	700\$000
1 casa em S.Gabriel	700\$000
1 meia água em S.Gabriel	300\$000
1 armazém de esquina	1:000\$000
1 casa em S.Gabriel	800\$000
1 casa em S.Gabriel	800\$000
1 meia água em S.Gabriel	300\$000
1 terreno na cidade	200\$000
1 meia água	300\$000
1 meia água	600\$000
1 terreno na cidade	200\$000
1 casa em S.Gabriel	3:000\$000
1 terreno em S.Gabriel	100\$000
1 terreno em S.Gabriel	200\$000
1 terreno em S.Gabriel	150\$000
(continua)	
TOTAL	

NOME JONATHAS ABBOTT (PAI DE JOÃO E FERNANDO ABBOTT) (continuação)	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 chácara 155 hec x 343 m2	5:000\$000
1 chácara c/872 hec x 677 m2	3:700\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	57:410\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>MÓVEIS</i>	671\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	671\$000
TOTAL	58:081\$000

NOME JULIO DE CASTILHOS	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
PORTO ALEGRE	
1 chácara denominada "Figueira", onde existe uma casa de material, estrebaria e galpão	25:000\$000
(Belém Velho)	
Casa na Rua Duque de Caxias - P.Alegre (sobrado) ...	70:000\$000
<i>EM VILA RICA:</i>	
1 fazenda denominada "Boa Vista" 3.900 hec.	50:000\$000
1 campo denominado "De Fora" 297 hec	4:000\$000
1 envernada, denominada "Do Cervo" 4210 hec	50:000\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	199:000\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
600 bois	21:000\$000
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	21:000\$000
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	220:000\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME LIBIO VINHAS	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
<i>BAGÉ</i>	
1 casa de material à rua 7 de Setembro	80:000\$000
1 casa de material à rua Gal. Netto	20:000\$000
1 casa de material à rua Gal. Neto	40:000\$000
1 casa de material à rua Marcílio Dias	15:000\$000
1 terreno	500\$000
1 fração de campo 2003,760 m2, 2003 hec	24:600\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	155:500\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	155:500\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME LUIZ ENGLERT	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 parte no sobrado da R. Voluntários da Pátria nº 34 e 36, em terreno de 3,15 x 10 m	20:483\$000
Avaliação oficial	99:312\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	99:312\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>TOTAL OUTROS:</i>	
TOTAL	99:312\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME LUIS LESSEGNEUR	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 casa no campo da Redenção 33 m de frente	17:000\$000
1 meia água no Campo da Redenção 8,90 m de frente ..	3:250\$000
5 casas de 2 janelas e uma porta na rua Avaí 27,32 m de frente	37:500\$000
1 sobrado à rua dos Andradas 3 portas e 3 janelas ..	33:000\$000
1 sobrado à rua dos Andradas 2 janelas e 1 porta ...	23:250\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	114:000\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
Ações da Cia. Hidráulica Porto Alegrense	500\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	500\$000
TOTAL	114:500\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME MANOEL LUIZ OSÓRIO	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
<i>BAGÉ</i>	
Casa de morada à Rua 7 de Setembro	18:250\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	18:250\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
3 ações do Teatro 28 de Setembro	70\$000
6 ações da Cia. Industrial Bageense	1:200\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	1:270\$000
TOTAL	19:520\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME MARÇAL PEREIRA ESCOBAR	
BENS (O inventário foi feito no R.J. - Bens no RS)	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 quinhão nos fundos da chácara sita à Estrada de Belém Velho (adquirido em 1899)	1:000\$000
1 parte do estabelecimento (prédio) situado no campo denominado Monte Alegre, município de Itaqui (herança)	3:600\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	4:600\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
<i>Ações:</i>	
5 ações da Cia. Hydroelétrica P.Alegrense	500\$000
Banco Pelotense	27:648\$000
Caixa Econômica	174\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	28:322\$000
TOTAL	32:922\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME RAMIRO FORTE DE BARCELOS	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 sobrado nº 89 à rua 7 de Setembro	46:000\$
1 prédio nº 2 da Travessa Paissandu	5:000\$
1 prédio nº 31 à Rua Riachuelo	8:000\$
1 terreno à rua Rodolfo Gomes	2:000\$
44 hec 1ª Distrito Cachoeira	7:000\$
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	68:000\$
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
Saldo bancário	9:209\$
Hipotecas contra:	147:416\$
<i>Ações:</i>	
Banco Porto Alegre - 124 1a. emissão	8:060\$
60 2a. emissão	3:900\$
284 3a. emissão	18:460\$
50 4a. emissão	1:300\$
Cia. Mutualidade 10	750\$
Soc. C. Conceição e Cia.	30:000\$
Granja Boa Vista	8:000\$
<i>CRÉDITOS</i>	
por empréstimos letras - conta (14)	151:390\$
Ações do Banco da Província	2:000\$
Móveis	2:850\$
<i>TOTAL OUTROS:</i>	386:485\$
TOTAL	454:485\$

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME SEBASTIÃO PEREIRA DE BARROS	
BENS	VALOR
<i>IMÓVEIS</i>	
1 casa à rua Independência 65	60:000\$000
1 terreno situado nos fundos da casa da Independência	2:000\$000
1 casa de sobrado n. 125 sito à 7 de Setembro	80:000\$000
1 terreno no Campo da Redenção c/galpão de madeira ..	11:000\$000
1 terreno no arraial da Glória	800\$000
1 lote colonial sob nº 5 e + 1/2 lote nº 6 no 4º dis- trito de Soledade	450\$000
<i>TOTAL IMÓVEIS:</i>	154:250\$000
<i>SEMOVENTES</i>	
<i>TOTAL SEMOVENTES:</i>	
<i>OUTROS</i>	
Móveis	3:000\$000
<i>Ações:</i>	
9 ações da Cia. Fluvial	450\$000
40 ações do Banco do Comércio - 1a. emissão	7:600\$000
40 ações do Banco do Comércio - 2a. emissão	4:000\$000
7 ações do Prado Independência	70\$000
3 ações da Estrada Leopoldina	30\$000
<i>TOTAL OUTROS:</i>	18:600\$000
TOTAL	174:850\$000

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II

*CLASSIFICAÇÃO DOS BENS DOS REPUBLICANOS**

* O quadro a seguir classifica por ordem de importância os bens dos republicanos.

N O M E S	ANO DO INVENTÁRIO	VALOR TO TAL DOS BENS	IMÓVEIS URBANOS	IMÓVEIS RURAIS	SEMOVEN TES	MÓVEIS	OUTROS
ALICE MENNA BARRETO DA SILVA (ESP.)	1909	10:445\$	1	4	-	2	3
ANTÃO GONÇALVES DE FARIA	1936	270:000\$	1	-	-	-	-
ANTONIO PEDRO CAMINHA	1914	139:863\$	1	3	-	4	2
APARICIO MARIENSE	1910	76:043\$	-	1	-	-	-
APELES PORTO ALEGRE	1917	65:743\$	1	-	-	-	2
APOLINARIO JOSÉ PORTO ALEGRE	1904	15:000\$	1	-	-	-	-
AUGUSTO UFLACKER	1924	s/bens	-	-	-	-	-
CANDIDO MACHADO	1917	22:880\$	1	2	-	-	-
CANDIDO PACHECO DE MORAES CASTRO JR.	1901	4:500\$	1	2	-	-	-
EDUARDO LIMA	1923	200\$	1	-	-	-	-
FRANCISCO DE PAULA ALENCASTRO	1906	25:859\$	1	4	-	3	2
ERNESTO ALVES	1891	2:334\$	-	-	2	1	-
GERMANO HASSLOCHER (PAI)	1881	16:005\$	3	-	-	2	1
GERVASIO ALVES PEREIRA	1909	255:060\$	4	1	2	-	3
HENRIQUE MARTINS CHAVES	1902	145:240\$	2	1	-	-	3
ISMAEL SIMÕES LOPES	1896	146:408\$	1	-	2	-	3
JOAQUIM ANTUNES RIBAS	1937	28:200\$	-	1	-	-	-
JOAQUIM ANTONIO DA SILVEIRA	1891	126:233\$	-	1	2	-	-
JOAQUIM F. DE ASSIS BRASIL	1938	3.085:299\$	-	1	2	-	3
JOAQUIM PEREIRA DA COSTA	1910	88:800\$	2	1	-	-	-
JOÃO JOSÉ PEREIRA PAROBÉ	1915	14:318\$	29	-	-	-	1
JONATHAS ABBOTT (PAI)	1887	58:081\$	1	2	-	-	-
JULIO DE CASTILHOS	1903	220:000\$	2	1	3	-	-
LIBIO VINHAS	1932	155.100\$	1	2	-	-	-
LUIS ENGLERT	1931	99:312\$	1	-	-	-	-
LUIS LESSEGNEUR	1901	114:500\$	1	-	-	-	-
MANUEL LUIZ OSÓRIO	1893	19:520\$	1	-	-	-	2
MARÇAL ESCOBAR	1922	32:922\$	-	2	-	-	1
RAMIRO FORTES BARCELOS	1917	454:485\$	1	2	-	4	3
SEBASTIÃO PEREIRA DE BARROS	1903	174:850\$	1	4	-	3	2

BIBLIOGRAFIA

- ANTONIACCI, Maria Antonieta Martines. A Luta Oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha, São Paulo, 1978.
- ALBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Rio Grande do Sul.
- ALMEIDA, Antônio da Rocha. Vultos da Pátria. Ed. Globo. Porto Alegre, Vol. 1. Editora Globo, Porto Alegre, 1964.
- ARAÚJO FILHO, Luis. O Município de Alegrete. Ed. Irmãos Prunes. Livraria O Coqueiro, Alegrete, 1907.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Anuário da Província do RGS para o ano de 1888. Ed. Gundlach e Cia., Livreiros, Porto Alegre, 1887.
- BASTOS, Tocary Assis. O positivismo e a realidade brasileira. Estudos Sociais e Políticos. Ed. RBEP. Faculdade de Direito de FUMG. 1965.
- BEVILAQUA, Clovis. História da Faculdade de Direito de Recife. Instituto Nacional do Livro. Conselho Federal de Cultura. MEC.
- BOEHRER, George C.A. Da Monarquia a República - História do Partido Republicano do Brasil 1870-1890. MEC - Serviço de Documentação.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.
- COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul "Officinas Graphicas da Globo, Barcellos, Bertaso e Cia." Porto Alegre, 1922.
- COSTA, Emilia Viotti. Da Monarquia a República: Momentos Decisivos. Ed. Grijalbo, São Paulo, 1977.
- COSTA, Renato. O projeto de Constituição do Apostolado Positivista e Júlio de Castilhos. Correio do Povo. Porto Alegre, 22/10/1966.

- COMTE, Auguste. Opúsculos de filosofia social. Ed. Globo. Porto Alegre, 1972.
- COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positivista in: Os Pensadores. V. XXXVIII. Abril Cultural, São Paulo, 1973.
- CRUZ, Costa. História das Idéias no Brasil. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1967.
- DEMÉTRIO RIBEIRO. Acção Documentada. In Memorian. Rio de Janeiro, 1934.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Ed. Globo. Ed. Universidade de São Paulo. Porto Alegre/São Paulo, 1975.
- FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia. São Paulo, 1973 (vol I)
- FELIZARDO, Julia Netto. Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul. Divisão Geográfica e Cartológica.
- FERREIRA, Jurandyr. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros XXXIII vol.
- FERREIRA FILHO. Nomes Tutelares do Ensino Rio-Grandense. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial. Porto Alegre, 1958.
- FERREIRA FILHO, Artur. Revoluções e Candilhos.
- FORTES, Anyr Borges. Geografia Física do Rio Grande do Sul. Ed. Globo, Porto Alegre, 1959.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Julio de Castilhos e Sua Época. Ed. Globo, Porto Alegre, 1967.
- FORTINI, Archymedes. Revivendo o Passado. Livraria Sulina.- Porto Alegre, 1953.
- GEOGRAFIA DO BRASIL: REGIÃO SUL - Fundação IBGE - Rio de Janeiro, 1977.
- GENTIL, José da Frota. Os Grotas no Sul do Brasil. Rio de Janeiro, 1972.
- GAGGIANO, Ivo. Vultos de Sant'Ana. Santana do Livramento - 1961.
- GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca. Genealogia Rio grandense. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1937.

- LEÃO, Sebastião. Datas Riograndense. Ed. Globo. Porto Alegre, 1962.
- L'ETAT DE RIO GRANDE DU SUD. Monte Domecq & C', Barcelona - 1916.
- LIMA, A G. Chronologia da História Rio Grandense. Ed. Globo, Porto Alegre, 1928.
- LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1967.
- LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. Ed. Perspectiva, col. Estudos nº 37, São Paulo, 1975.
- ~ MACHADO, José Alvaro. Rio Grande do Sul no Período Republicano. Gráfica Itambé, Rio de Janeiro.
- MELLO, Luis Correia. Subsídios para um Dicionário dos Intelectuais rio-grandenses. Ed. Civilização Brasileira, 1944.
- OSÓRIO, Fernando. A cidade de Pelotas. Typ. Diário Popular. Pelotas, 1922.
- PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais de Santana do Livramento. Livraria Continente, Porto Alegre, 1943.
- PICCOLO, Helga Langraf. A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882). Ed. Gabinete de Pesquisa Histórica do RGS. IFCH.UFRGS, Porto Alegre, 1974.
- PORTO ALEGRE, Achyles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Typ. do Centro, 1916.
- PORTO ALEGRE, Achyles. Vultos e Fatos do Rio Grande do Sul. Ed. Globo, Porto Alegre, 1919.
- PORTO ALEGRE, Alvaro. Apolinário Porto Alegre. Ed. Thurmann, Porto Alegre, 1954.
- PIANTÁ, Dante. Personalidades Rio-grandenses. Vol. I. Porto Alegre, 1962.
- PORTO, Aurélio. Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul - fascículo I Ed. Minuano, Porto Alegre, 1936.
- ~ ROCHA, Prodoncio. A História de Cruz Alta. Tipografia Liderança, Cruz Alta, 1964.

- ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Ed. Globo, Porto Alegre, 1969.
- ROSA, Othelo. Julio de Castilhos Perfil Biográfico. Ed. Globo, Porto Alegre, 1928.
- RUSSOMANO, Vitor. História Constitucional do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1976.
- SALIS, Eurico. História de Bagé. Ed. Globo. Porto Alegre - 1955.
- SILVA, Aristides Vaz de Carvalho. São Gabriel na História - Prefeitura de São Gabriel. São Gabriel, 1963.
- SILVA JARDIM, Antônio. Propaganda Republicana 1888-1889. PEC, Rio de Janeiro, 1978.
- SPALDING, Walter. Construtoras do Rio Grande. Ed. Sulina - Porto Alegre, 1973.
- VAMPRE, Spencer. Memórias para a Academia de São Paulo. Instituto Nacional do Livro. Conselho Federal de Cultura. MEC.
- VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1952.

REVISTA

- Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ano I - vol. 1 - Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1951.
- Revista da Academia Sul-Riograndense de Letras. Of. Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1953.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, II trimestre nº 102. 1946.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico II e IV semestre, Typografia do Centro. Porto Alegre, 1924.

ANAIS

- Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974.

Annaes da Constituinte Federal de 1891. Imprensa Nacional -
1891.

Annaes da Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do
Sul. Of. "A Federação" - Porto Alegre, 1891.

*